

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JÔNATHAS LACERDA SILVA

GUERRA HÍDRICA:

Uma análise sobre a importância dos recursos hídricos das colinas de Golã para a geopolítica
do Estado de Israel

Rio de Janeiro

2019

CC JÔNATHAS LACERDA SILVA

GUERRA HÍDRICA:

Uma análise sobre a importância dos recursos hídricos das colinas de Golã para a geopolítica
do Estado de Israel

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CC Eduardo Rezende.

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por dar-me saúde e agraciar-me pela maravilhosa família da qual faço parte.

À minha família, pelo apoio e amor recebidos durante toda a minha vida.

À minha amada esposa Flávia, agradeço pelo amparo incondicional proporcionado desde o processo de admissão para este curso e, ainda, por seu auxílio na elaboração desse trabalho. Sua extrema dedicação à nossa filha Luiza permitiu meu empenho no desenvolvimento desse estudo.

À minha filha, por todo seu amor e carinho, que fazem os dias dos seus pais cada vez melhores. Agradeço pelo sorriso que recebo diariamente quando retorno ao lar. Você e sua mãe são a razão da minha vida.

Ao meu orientador, Capitão de Corveta Eduardo Rezende, pelas sugestões e intervenções sempre relevantes para a realização dessa dissertação.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Mattos, por suas orientações que contribuíram para organizar minhas ideias, de forma a atingir o objetivo geopolítico do tema abordado.

Ao Capitão de Fragata Nagashima (RM1), pelos ensinamentos sobre metodologia científica sempre transmitidos de forma motivadora e precisa.

*“Se não formos cuidadosos, as futuras guerras
serão sobre a água e não sobre o petróleo.”*

(Kofi Annan)

RESUMO

Os recursos hídricos são de grande importância para a geopolítica dos Estados e sua escassez representa a principal fonte de conflitos para o século XXI; por isso, devemos alertar todos os brasileiros quanto à necessidade de defesa dos nossos recursos. Diante desses argumentos, propusemo-nos a confrontar a teoria realista das relações internacionais de Thomas Hobbes (1588–1679) com a realidade observada nos conflitos árabe-israelenses, no período de 1948 a 1973, ocorridos no âmbito da Guerra Fria, a fim de respondermos a seguinte questão: os recursos hídricos foram importantes na reivindicação de Israel pelas colinas de Golã após a Guerra dos Seis Dias (1967)? Para tanto, realizamos uma pesquisa quantitativa adotando uma metodologia científica dedutiva, focada na hipótese de que os recursos hídricos foram relevantes na reivindicação de Israel pelas colinas de Golã. Após analisarmos a história de Israel durante o período citado e a relevância dos recursos hídricos para os povos do Oriente Médio, identificamos o quanto essas colinas representam para os israelenses.

Palavras-chave: Conflito. Thomas Hobbes. Recursos hídricos. Israel. Guerra Fria. Guerra dos Seis Dias. Colinas de Golã. Jordão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Oriente Médio no globo terrestre	55
Figura 2 – Recursos hídricos de Israel e Estados fronteiriços	56
Figura 3 – Guerra do Sinai	57
Figura 4 – Israel e os territórios ocupados.....	58
Figura 5 – Nível de estresse hídrico	59
Figura 6 – População com acesso à água potável	59
Figura 7 – Proporção de recursos hídricos renováveis consumidos e total de água consumida <i>per capita</i> ao ano	60
Figura 8 – Disponibilidade <i>per capita</i> de água doce nos diferentes continentes	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BBC – *British Broadcasting Corporation* – Corporação Britânica de Radiodifusão
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FDI – Forças de defesa de Israel
- IC-IHP – *International Hydrological Program Intergovernmental Council* – Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional
- JMP – *Join Monitoring Programme for Water Supply, Sanitation and Hygiene* Programa de Monitoramento Conjunto de Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene
- OLP – Organização para a Libertação da Palestina
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PGM – Primeira Guerra Mundial
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SGM – Segunda Guerra Mundial
- TGM – Terceira Guerra Mundial
- UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- WWAP – *World Water Assessment Programme* – Programa Mundial de Avaliação da Água

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 Conflito	10
2.2 Teoria realista das relações internacionais.....	12
2.3 Recursos Hídricos	15
3 OS CONFLITOS ÁRABE-ISRAELENSES NO PERÍODO DA GUERRA FRIA	24
3.1 Considerações históricas	24
3.2 A primeira guerra árabe-israelense (1948-1949)	27
3.3 Guerra de Suez, a segunda guerra árabe-israelense (1956)	29
3.4 Guerra dos Seis Dias, a terceira guerra árabe-israelense (1967)	30
3.5 Guerra de Yom Kippur, a quarta guerra árabe-israelense (1973)	34
4. OS RECURSOS HÍDRICOS COMO FONTES DE CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO	38
4.1 O significado da água para os Estados do Oriente Médio	38
4.2 A bacia hidrográfica do rio Jordão	39
4.3 Os recursos hídricos dos Estados banhados pela bacia do rio Jordão	42
4.4 Uma solução temporária para as situações hidroconflitivas	46
5 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	52
ANEXO – Figuras	55

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, guerras¹ foram motivadas devido a disputas por recursos energéticos, como petróleo e gás natural, ou por recursos minerais, como ouro. Mas como reagimos ao ouvir a expressão guerra hídrica? Ou seja, conflitos motivados por recursos hídricos. Vivendo em um país onde não há carência de água na maior parte de seu território e que não participou de qualquer disputa internacional para recorrer a esse recurso em virtude de sua escassez, surpreendemo-nos ao estudar a importância dos recursos hídricos no contexto dos conflitos árabe-israelenses.

Sendo considerados a grande fonte de contendas no século XXI, os recursos hídricos devem ser vistos como uma questão geopolítica, devido ao aumento crescente de sua demanda em algumas regiões do planeta. Estados buscam ter acesso e controle sobre a água e políticas de gestão sobre esse recurso são formuladas, a fim de resolver conflitos resultantes de seu uso intensivo, sua escassez e a poluição de suas fontes.

A relevância deste trabalho evidencia-se em alertar todos os brasileiros quanto à importância de defendermos nossos recursos hídricos, motivando-nos por provar a sua magnitude para a geopolítica dos Estados.

Sendo assim, este trabalho possuirá como propósito o confronto da teoria realista das relações internacionais de Thomas Hobbes (1588–1679) com a realidade observada nos conflitos árabe-israelenses, no período de 1948 a 1973, ocorridos no âmbito da Guerra Fria², a fim de respondermos a seguinte questão: os recursos hídricos foram importantes na reivindicação de Israel pelas colinas de Golã após a Guerra dos Seis Dias (1967)?

¹ Consideraremos nesta dissertação que os termos conflito, guerra e contenda são sinônimos.

² Para este trabalho consideramos Guerra Fria o período em que houve uma disputa pelo poder mundial entre os Estados Unidos da América e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, iniciado a partir da Doutrina Truman em 1947 e finalizado em 1989 com a destruição do muro de Berlim.

Empregaremos uma pesquisa quantitativa e uma metodologia científica dedutiva, amparada em fontes bibliográficas, periódicos, trabalhos acadêmicos e outras fontes primárias e secundárias, apoiando-nos na hipótese de que os recursos hídricos foram relevantes na reivindicação de Israel pelas colinas de Golã após a Guerra dos Seis Dias.

A apresentação da pesquisa conterà cinco capítulos, incluindo essa Introdução como primeiro. No segundo capítulo, partiremos a uma fundamentação teórica para conceituarmos conflito, teoria realista das relações internacionais e recursos hídricos. Em seguida, serão analisados os conflitos árabe-israelenses e os recursos hídricos como fonte dessas contendas no Oriente Médio nos terceiro e quarto capítulos, respectivamente. Ao final, no último capítulo, apresentaremos uma conclusão quanto ao argumento proposto.

Passaremos, então, ao segundo capítulo para fundamentarmos nosso trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A existência ou não dos conflitos, sempre presentes na sociedade e fontes de estudo para inúmeros pensadores, é influenciada diretamente pelo sistema internacional³ em vigor.

Com o intuito de alcançarmos o propósito deste trabalho, faz-se necessário fundamentá-lo. Assim, conceituaremos o termo conflito e, em seguida, a teoria realista das relações internacionais, criada com o objetivo de explicar o porquê da existência dos conflitos. Por último, trataremos da importância dos recursos hídricos⁴, considerados uma fonte de poder⁵ para a geopolítica dos Estados, principais atores do sistema internacional segundo os realistas.

2.1 Conflito

Conhecido como um grande historiador grego do século V a.C. e pai da Escola Realista, Tucídides (460-400 a.C.) afirmou que os três instintos principais que tornam a guerra inevitável⁶ são o amor à glória, o medo e a necessidade (KAGAN, 1995). Defendia que não havia limites para a guerra e desumanizava o adversário.

O maior teórico da guerra, Carl von Clausewitz (1790-1831), conceituou-a como um ato de violência, na qual pretende-se obrigar o inimigo a sua vontade (CLAUSEWITZ, 1989). Dessa forma, torna-se mais fácil impor sua vontade ao desumanizar o inimigo.

³ Entende-se por sistema internacional o meio em que se processam as relações entre os diferentes atores (Estados) que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais, as quais se processam na esfera internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos (PECEQUILO, 2012).

⁴ Embora o significado de água seja distinto de recurso hídrico, aquele um elemento natural e este a água como bem econômico, considerá-lo-emos como sinônimos no presente trabalho.

⁵ Entende-se por poder a capacidade de afetar o comportamento dos outros. O poder pode ser considerado um meio que o grupo ou indivíduo tem de fazer com que as coisas sejam realizadas por outros indivíduos ou grupos (DIAS, 2013).

⁶ Consideraremos para este trabalho que os conflitos são inevitáveis, apesar desse tema ser bastante discutido por diversos autores.

O filósofo francês Julien Freund (1921-1993) propôs o seguinte conceito:

Conflito consiste em um enfrentamento por choque intencional, entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, uns em relação aos outros, uma intenção hostil, em geral com a finalidade de um direito, e que para manter, afirmar ou restabelecer o direito tratam de romper a resistência do outro eventualmente pelo recurso da violência, que pode, dependendo do caso, tender ao aniquilamento físico do outro (FREUND, 1995, p.58, tradução nossa)⁷.

Corroborando com o conceito de que o conflito é um ato voluntário, Luigi Bonanate (2001) definiu guerra como um combate voluntário entre duas frentes opostas, cujo propósito é submeter um ao outro fisicamente. Segundo ele, um dos modos de se fazer a guerra é ameaçar o inimigo, para assim evitá-la. Pudemos verificar a veracidade dessa ideia no período da Guerra Fria, quando a bomba atômica se tornou um instrumento de equilíbrio de poder entre duas superpotências, os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A ameaça de uma guerra nuclear foi a grande responsável por ter evitado o surgimento de uma Terceira Guerra Mundial (TGM), porém não foi capaz de impedir conflitos menores, como as Guerras de Suez (1956), dos Seis Dias (1967) e do Yom Kippur⁸ (1973).

A guerra é algo inato ao ser humano, existe desde o nascimento dos homens. Qualquer tentativa de extingui-la, como ao ter submetido a comunidade internacional a uma norma jurídica universal (por exemplo, a Organização das Nações Unidas em 1945), mostrou-se ineficiente (BONANATE, 2001).

A seguir, estudaremos a teoria realista das relações internacionais que procuram justificar a existência dos conflitos.

⁷ No original: “*El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupos de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, una intención hostil, em general a propósito de um derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del outro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamiento físico del otro*” (FREUND, 1995).

⁸ É o Dia do Perdão e considerada uma das datas mais importantes do judaísmo.

2.2 Teoria realista das relações internacionais

De fato, as relações internacionais foram objetos de estudo para inúmeros estudiosos. Em seu livro *O leviatã*, o inglês Thomas Hobbes sugeriu um mundo sem autoridade governamental, nem ordem civil, onde os seres humanos governariam por paixões e viveriam em constante incerteza em relação à sua própria segurança (HOBBS, 2009). Ele considerava o homem um ser solitário, brutal e egoísta. Inserindo o homem em uma sociedade internacional, onde há ausência de autoridade, ou seja, em um ambiente anárquico, os Estados poderiam igualar-se ao homem. O inglês defendeu que a solução para eliminar esse ambiente anárquico está em um Estado unitário, um Leviatã, em que o controle do poder deveria ser absoluto e centralizado.

Algumas teorias como, por exemplo, o Realismo, o Liberalismo, o Marxismo e o Construtivismo foram desenvolvidas por cientistas políticos no intuito de se entender as causas de eventos que ocorrem no âmbito das relações internacionais. Embora sejam muitas as teorias em campo, a realista apoiará esta dissertação. Ela considera o sistema internacional anárquico, cuja estrutura é determinada pela distribuição de poder entre os Estados soberanos, considerada por Mingst (2014) a principal causa de uma guerra.

No desenrolar de nossa história, foram observados três tipos de polaridade⁹: multipolaridade (exemplificada pelo equilíbrio de poder que ocorreu no século XIX entre Áustria, França, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia), bipolaridade (no período da Guerra Fria entre os EUA e a ex-URSS) e unipolaridade (na era imediatamente após a Guerra Fria com os EUA no poder) (MINGST, 2014).

Um sistema multipolar é formado por, no mínimo, três atores influentes do sistema internacional, havendo um equilíbrio de poder entre os Estados, que gozarão de

⁹ Polaridade é a distribuição de recursos entre os Estados do sistema internacional, mediante a contabilização do número de polos (Estados ou grupos de Estados) em que o poder se concentra (MINGST, 2014).

relativa paridade de poder. Já em um sistema unipolar, o Estado, considerado o Leviatã, detém recursos esmagadores em virtude de sua capacidade econômica, militar, seu tamanho ou sua competência organizacional (MINGST, 2014). Quando o Leviatã se propõe a agir, esse sistema é considerado o mais estável.

No sistema bipolar, as alianças entre Estados tendem a ser de longo prazo, baseadas em interesses relativamente permanentes. Durante grande parte da era da Guerra Fria, em particular na década de 1960, o sistema internacional via-se dividido em dois blocos: os EUA, seus aliados na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹⁰ e o Japão contra a ex-URSS e seus aliados do Pacto de Varsóvia¹¹. Segundo Mingst (2014), os EUA e a ex-URSS preferiram negociar a lutar, travavam guerras menores em vez de grandes guerras com o receio de desencadear uma TGM e correr o risco de serem eliminados por seu rival.

Os realistas veem a ordem e a paz como os valores mais importantes na política internacional e o equilíbrio de poder como a principal instituição. Para eles, a intervenção¹² pode ser justificada para manter o equilíbrio de poder e a ordem. Durante a Guerra Fria, os EUA e a ex-URSS mantinham suas esferas de influência utilizando-se dessa visão de intervenção, a fim de preservarem a ordem e prevenirem a possibilidade de evoluírem para uma guerra nuclear (NYE, 2009).

Na teoria em questão, quem tem poder não quer dividi-lo e sempre almeja por mais. Henry Kissinger (1923-) e Zbigniew Brzezinski (1928-2017), ex-secretários de Estado dos EUA, identificam-se com um realismo geoestratégico em prol dos interesses

¹⁰ A OTAN é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949. Constitui um sistema de defesa coletiva, na qual os Estados participantes (EUA, França, Itália, Alemanha, Canadá e outros) concordam com a defesa mútua caso algum deles sofra um ataque de algum outro Estado externo à organização.

¹¹ Formado em 14 de maio de 1955 e extinto em 1 de julho de 1991, o Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar composta pela ex-URSS e pelos Estados do Leste Europeu, que estabeleceu um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares contra esses Estados.

¹² Entende-se por intervenção, ações externas que influenciam os assuntos internos de outro Estado soberano, podendo evoluir de acordo com o aumento do grau de coerção da seguinte forma: discursos, transmissões de mensagens, ajuda econômica, assessoria militar, apoio à oposição, bloqueio, ação militar limitada e invasão militar.

estadunidenses, consideram o Estado como protagonista. Comparam o mundo com um eterno jogo de xadrez, onde o mais importante é controlar o tabuleiro e não preservar as outras peças, saindo-se bem nessa disputa que nunca cessa (VESENTINI, 2004).

De acordo com Pecequilo (2012), ao longo de toda a Guerra Fria, os EUA, através da força ou do convencimento, visavam impedir o avanço dos inimigos, disseminar o modelo capitalista democrático liberal e fortalecer o bloco ocidental. Como sustenta Henry Kissinger:

Quase seguindo uma espécie de lei da natureza, a cada século parece emergir um país com o poder, a vontade e o ímpeto moral e intelectual para moldar todo o sistema internacional de acordo com seus valores (...) No século XX, nenhum país influenciou as Relações Internacionais de forma tão decisiva, e ambivalente, do que os Estados Unidos (KISSINGER, 1994, p. 17 apud PECEQUILO, 2012, p. 59).

E foi diante dessa influência estadunidense que, durante a década de 1970, Kissinger incentivava o equilíbrio de poder do realismo (MINGST, 2014), apoiando potências mais fracas como Israel por exemplo, enquanto a ex-URSS se aliava aos Estados árabes.

Durante a Guerra Fria bipolar, os conflitos no Oriente Médio tendiam a ser curtos. Quando os Estados menores empurravam as superpotências para um conflito maior, com ameaça nuclear, elas os faziam recuar. Em 1956, por ocasião da Guerra de Suez, os EUA, temendo uma forte aproximação da ex-URSS com o Egito e por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU)¹³, pressionaram os Estados envolvidos pelo cessar-fogo. Já em 1967, na Guerra dos Seis Dias, foram os EUA e a ex-URSS que tiveram que entrar em ação (NYE, 2009).

Nye (2009) exemplificou o ataque israelense em 1967 como uma intervenção preemptiva, o que justificaria moralmente a guerra ou a intervenção militar na ausência de uma agressão declarada. A preempção significa que na existência de uma ameaça evidente e

¹³ A ONU é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Foi estabelecida em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de impedir outra grande guerra. Os seus objetivos incluem manter a segurança e a paz mundial, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, promover os direitos humanos, prover ajuda humanitária em casos de fome, conflitos armados e desastres naturais, além de proteger o meio ambiente.

suficiente à integridade territorial e à soberania¹⁴ política de um Estado, este deverá agir imediatamente ou não será possível agir posteriormente, mas para isso a ameaça deverá ser iminente. O objetivo primordial da preempção é desestruturar o ataque iminente.

A seguir, analisaremos a relevância dos recursos hídricos no incremento de poder de um Estado.

2.3 Recursos hídricos

Os recursos hídricos, entendidos como toda água doce, incluindo tanto as de superfície quanto as subterrâneas, são importantes fatores que afetam a distribuição espacial das populações. Essa distribuição diz respeito sobre onde as pessoas vivem, por que lá se concentram, para onde estão indo e o que as motivam a se deslocarem e a escolherem outros lugares para se instalarem. A combinação desses recursos com contextos históricos e culturais específicos, somada às características demográficas (como taxa de fecundidade, natalidade e mortalidade), ao desenvolvimento econômico desigual das áreas e à diversidade de ambientes físicos, com maior ou menor facilidade de ocupação, é o que explica a distribuição heterogênea das populações humanas no planeta (BECKER, 2012).

Chellaney (2013) ressalta que a água é essencial à vida e, ainda, um recurso superexplorado, o que vem a provocar sua escassez, a degradação ambiental e disputas territoriais entre Estados ou separatismos dentro de Estados que possuem regiões ricas desse recurso (como, por exemplo, as Colinas de Golã que veremos mais adiante), vindo inclusive ameaçar a desaceleração do crescimento econômico global.

¹⁴ Entende-se que soberania é um conceito fundamental proveniente do Tratado de Westfália de 1648, que colocou fim à Guerra dos Trinta Anos e ao Sacro Império Romano-Germânico, estabelecendo as bases para o reconhecimento mútuo dos Estados. É o caráter supremo de um poder, onde não se admite nenhum outro, nem acima nem concorrendo com ele. É o controle de um território em sentido jurídico, porém o controle de fato dentro de suas fronteiras nem sempre é absoluto.

Ao longo da história, a disponibilidade de recursos naturais e relevos que facilitassem a acessibilidade, a defesa e a sobrevivência foram considerados fatores de relevância para a concentração de pessoas. Becker (2012) lembra que o fácil acesso à água potável e aos recursos minerais como ferro, carvão e petróleo, este de enorme valor econômico e, por isso, tão cobiçado pelos Estados, além da existência de solos férteis e de potencial de cultivo privilegiaram certos locais para a ocupação humana em detrimento de outros. Por exemplo, os férteis vales de grandes rios como o Ganges, na Índia, o Jordão, em Israel, e o Amarelo, na China, são regiões de enorme concentração populacional fruto da elevada produtividade de suas planícies fluviais.

Podemos aqui afirmar que há forte concentração da população mundial em litorais e em vales dos grandes rios, áreas que apresentam boa acessibilidade natural. Em contrapartida, segundo Becker (2012), altas latitudes, temperatura e umidade extremas (como nos desertos), altas altitudes e escassez de água são alguns elementos físicos a serem destacados como dificultadores, obstáculos naturais, da concentração demográfica.

Esses obstáculos antes intransponíveis, hoje são superados por obras de engenharia como túneis e pontes, ferrovias e rodovias, e, conseqüentemente, passam a mudar radicalmente as condições de acessibilidade de regiões inteiras. Além disso, o avanço tecnológico desenvolvido para a agricultura e para a logística oferece novas possibilidades de valorização dos territórios para fins de ocupação humana (BECKER, 2012).

Com maior magnitude a partir do século XIX, o processo de modernização das sociedades baseado no progresso técnico, no desenvolvimento industrial, na urbanização e no comércio passou a transformar a distribuição das populações no espaço mundial. Regiões como o nordeste dos EUA e a Europa ocidental, pioneiras no processo de industrialização, tornaram-se grandes centros de concentração demográfica (BECKER, 2012). Ainda como

consequência da industrialização, esse aumento populacional não é observado somente nesses Estados pioneiros, mas também em todo o planeta.

As ideias de Thomas Malthus (1766-1834), economista inglês, inspiraram uma corrente denominada neomalthusiana. Defendia que a humanidade tem tendência à pobreza e à fome, pois, segundo ele, a população cresce muito mais rapidamente que a produção de alimentos. Em contrapartida, muitos críticos ressaltaram que ele não previu os avanços tecnológicos que aumentaram a produtividade, nem o decréscimo das taxas de natalidade ocorrido no último século, devido à grande proliferação de métodos contraceptivos e à inserção da mulher no mercado de trabalho (GREMAUD, 2011). Ainda, essa teoria relembra que o rápido crescimento populacional também pode provocar o rápido esgotamento dos recursos naturais, tornando-se ainda mais problemático quando esses recursos não são renováveis, tal como a água vem se tornando, diante de toda a poluição¹⁵ que vem sendo submetida.

Nas últimas décadas, o contínuo crescimento populacional da humanidade vem sendo acompanhado pelo aumento dos problemas ambientais, que por muitas vezes são justificados pelas ações antrópicas. Por exemplo, a poluição e o desmatamento são alguns desses problemas ambientais, podendo, ainda, tomar proporções mundiais como o efeito estufa, as chuvas ácidas, a destruição da camada de ozônio, a intensificação do aquecimento global, a falta de alimentos e, mais discutido recentemente, a escassez de água doce.

Bakker (2013) chega a dimensionar o crescimento populacional. Como ele menciona, a população mundial no ano de 2013 chegava a pouco mais de 7 bilhões de pessoas, e previa-se para 2050 mais de 10 bilhões. Diante do aumento populacional constante, que aproximadamente duplicava a cada 40 anos, alcançar-se-ia em breve nosso limite de crescimento e os recursos naturais até então explorados já não seriam mais suficientes para

¹⁵ Poluição é entendida como a degradação das características físicas ou químicas do ecossistema, adicionando ou removendo substâncias.

sustentar a todos. A partir daí, os Estados passariam a se preocupar mais com os aquíferos¹⁶, com os rios e com os oceanos, como o Brasil ao criar sua política da Amazônia Azul¹⁷, na qual adotou uma estratégia que lhe permitirá buscar no oceano Atlântico recursos escassos em terra.

Os domínios pelos recursos naturais, fontes de poder, limitados do planeta, como água, energia e alimentos, imprescindíveis à vida, sempre estarão em disputa pelos povos. Segundo Gleiser (2008), problemas como aquecimento global, superpopulação humana, distribuição de água e produção de alimentos representam os maiores desafios que a humanidade já presenciou e ainda continuará enfrentando neste século.

Buscando uma possibilidade de nos reinventarmos, a procura por alimentos marinhos ainda não explorados e a construção de usinas de dessalinização da água do mar foram algumas possíveis soluções tomadas, que Thomas Malthus à sua época não previu. De acordo com Bakker (2013), atualmente existem 7.500 usinas de dessalinização em operação no Oriente Médio, em Malta, na Espanha, no Caribe e na Austrália, que convertem 4,8 bilhões de m³ de água salgada em doce, cujo custo gira em torno de dois dólares o m³. Com uma expectativa de produção de 127 milhões de m³ de água doce, cuja fonte está no mar Mediterrâneo, construída na cidade de Hadera, em Israel, encontra-se a maior usina de dessalinização já conhecida.

A temida escassez da água e a constante preocupação com a conservação dos recursos hídricos foi vista por Vargas (2000) como precursora da consciência ambiental enquanto manifestação social coletiva. Não somente os especialistas de relações internacionais, mas também os cidadãos passaram a se preocupar com as inter-relações entre desenvolvimento econômico e social, mudanças globais, meio ambiente e suas repercussões

¹⁶ Entende-se por aquífero um reservatório de água situado em regiões que apresentam solos e rochas permeáveis o suficiente para permitir a penetração, armazenamento e circulação interna da água advinda da superfície.

¹⁷ Entende-se por Amazônia Azul[®], um espaço oceânico de dimensões superiores à Amazônia continental e um conceito político-estratégico para alertar os brasileiros quanto à importância econômica, ambiental, científica, para a soberania nacional e diplomática desse espaço.

na interação entre os Estados, os quais veem também a água como um objeto de barganha política.

Terra (2008) lembra que a utilização dos rios à montante¹⁸ afeta usuários à jusante¹⁹. Estes últimos se veem sob o impacto da utilização conflitante dos que vivem à montante. A água é necessária na jusante, por exemplo, para o abastecimento público e para a demanda de energia elétrica, mas também é destino final de esgotos, erosão, de efluentes industriais, assoreamento, desmatamento das margens, entre outros.

Além disso, os recursos hídricos podem ter diferentes jurisdições, dependendo por onde passam. Podem ser municipais, estaduais, federais e também internacionais. Terra (2000) afirma que coordenar uma Política Nacional de Recursos Hídricos não é algo fácil, gerenciar esses recursos quando o leito do rio cruza vários Estados é algo mais desafiador.

A intensificação das atividades econômicas, o crescimento urbano e as altas densidades populacionais são fatores que aumentam a demanda por água. A falta de investimentos na captação e no tratamento de poluentes, além da inexistência de políticas públicas, faz com que os rios acabem recebendo uma grande carga de poluição, esgotos domésticos, industriais e agropecuários. Essa poluição torna a água um recurso escasso, mesmo em locais que possuem grande quantidade de recursos hídricos. Os sistemas de tratamento para despoluição da água e transformação dela em potável encarecem seu uso, além de apresentar limitações econômicas ou técnicas (TERRA, 2008).

Para Terra (2008), a utilização antrópica das bacias hidrográficas sem um devido planejamento pode acarretar em erosão e assoreamento dos rios, além da poluição dos mananciais. Quando as margens dos rios são ocupadas pelos adensamentos urbanos de forma desordenada, escoamentos superficiais e enchentes passam a ser frequentes. O manejo

¹⁸ Ao considerar-se um ponto de referência qualquer de um curso de água, tudo que está acima desse ponto, subindo a correnteza do rio em direção à nascente, é chamado ponto mais a montante desse rio.

¹⁹ Ao considerar-se um ponto de referência qualquer de um curso de água, tudo que está abaixo desse ponto, descendo a correnteza do rio em direção à sua foz, é chamado ponto mais a jusante desse rio.

incorreto também afeta as áreas rurais, pois promove a contaminação da água e do solo por agrotóxicos e, conseqüentemente, o empobrecimento do solo.

Visando reduzir o impacto ambiental e promover o crescimento econômico e inclusão social, aumentando a oferta de trabalho, tem-se incentivado o desenvolvimento sustentável²⁰ na atividade de produção energética. Esse desenvolvimento supre as necessidades atuais, não comprometendo as futuras, reduzindo os efeitos da deterioração ambiental provocada pelo homem como, por exemplo, reduzindo os efeitos do aquecimento global (TERRA, 2008).

Estamos de acordo que se torna necessário aumentar a consciência da humanidade quanto à necessidade de diminuição dos índices de contaminação ambiental, que os Estados passaram a se preocupar com danos transfronteiriços da poluição e que os recursos hídricos ganharam relevância quanto à sua importância econômica e na manutenção da vida. Assim, a água ganhou saliência como tema de agenda internacional, sendo inclusive tema do Fórum Mundial da Água e da Conferência Ministerial sobre a água ocorrido em Haia no ano 2000 (VARGAS, 2000).

Vargas (2000) complementa que a água, como objeto de interesse nas relações internacionais, vem ganhando relevância ao longo de décadas. Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Entretanto, foi na Conferência de Mar del Plata, em 1977, que a problemática da água ganhou relevância, diante de um público genuinamente global. Os Estados reconheceram a conexão intrínseca entre a necessidade de projetos de desenvolvimento dos recursos hídricos e suas conseqüências físicas, biológicas, sanitárias, químicas e socioeconômicas. A década seguinte foi considerada a Década Internacional do Fornecimento da Água Potável e do Saneamento. De acordo com o Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre a Água (1977), todos os

²⁰ Desenvolvimento sustentável é entendido como a obtenção de crescimento econômico, garantindo a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para a geração presente, sem comprometer a geração futura.

povos, independente de qual seja seu estágio de desenvolvimento e suas condições sociais e econômicas, têm direito à água potável em qualidade e quantidade à altura de suas necessidades básicas.

No Rio de Janeiro, em 1992, com a presença de mais de 100 Chefes de Estado e de Governo, foi celebrada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), mais conhecida como Rio 92, que versou sobre desenvolvimento sustentável, a soberania dos Estados sobre recursos naturais dentro de seus territórios, sua exploração responsável, de forma a não acarretar danos aos Estados vizinhos e o princípio da precaução. Os Estados participantes acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, cujo termo foi usado no sentido de desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento, o sustentável, para o século XXI. Foi descrito nessa Agenda:

Deve-se reconhecer o caráter multissetorial do desenvolvimento dos recursos hídricos no contexto do desenvolvimento socioeconômico, bem como os interesses múltiplos na utilização desses recursos para o abastecimento de água potável e saneamento, agricultura, indústria, desenvolvimento urbano, geração de energia hidroelétrica, pesqueiros de águas interiores, transporte, recreação, manejo de terras baixas e planícies e outras atividades (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1995, p. 297).

Podemos então depreender que foi reconhecida na Agenda 21 a importância estratégica dos recursos hídricos para os Estados. Recursos esses que são considerados fontes de poder e de disputa internacional.

Os diversos Estados que participaram da Rio 92 comprometeram-se em empenhar-se para que as deliberações da Agenda 21 fossem efetivadas. Segundo Vargas (2000), os recursos hídricos pertencem à esfera de soberania dos Estados, logo não podem ser considerados um bem global, mas para melhor gerenciar seus recursos, os Estados têm cooperado financeira e tecnologicamente.

Outra questão importante é a dos recursos hídricos compartilhados, cujo tema é um dos mais antigos da diplomacia²¹, pois se refere ao seu uso e ao exercício de soberania dos

²¹ Diplomacia é entendida como um instrumento da política externa, que estabelece e desenvolve contatos

Estados. Quando esses recursos são transfronteiriços, a cooperação entre os Estados ribeirinhos é desejável para que os interesses de todos sejam atendidos. Vargas (2000) reforça que a escassez natural de água em algumas regiões é ainda um fator importante nos processos de redução das tensões e da promoção da paz.

Por outro lado, diante de uma visão mais adepta à teoria realista das relações internacionais, Chellaney (2013) defende que o compartilhamento dos recursos hídricos pertencentes a mais de um Estado é algo bem delicado, pois é a causa de crescentes riscos de conflitos. E, ainda, quando questões relacionadas à água doce vinculam-se à segurança nacional, o potencial de conflitos ligados à água vem a aumentar. Dessa forma, uma gestão desses recursos de forma holística e cooperativa é essencial para que haja sustentabilidade ambiental e paz.

Thomas Homer-Dixon (1956-), cientista político e estudioso do meio ambiente, enfatiza que “a água do rio é o recurso renovável mais propenso a estimular a guerra entre Estados” (*International Energy Agency*, 2012, p. 6 apud CHELLANEY, 2013, p.42, tradução nossa)²². Segundo ele, a água subterrânea se tornou o recurso natural mais extraído do mundo, até mesmo à frente do petróleo e afirma que acordos que regem essa água são internacionalmente mais fracos que os que regem a superficial, podendo vir a criar situações imprevistas como o esgotamento dos aquíferos, cuja natureza oculta já impede a coleta de dados confiáveis e amplamente aceitos e, ainda, a demarcação de seus domínios.

Os perigos crescentes relacionados ao compartilhamento da água propiciaram até mesmo o envolvimento da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)²³ em questões de gerenciamento de conflitos hídricos, após 26 Estados-membros

pacíficos entre diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas partes.

²² No original: “*the renewable resource most likely to stimulate interstate resource war is river water*” (*International Energy Agency*, 2012, p. 6 apud CHELLANEY, 2013, p.42).

²³ A UNESCO é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) sediada em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946, cujo objetivo é o de contribuir para a paz e para a segurança no mundo mediante educação, ciências sociais/humanas, ciências naturais e comunicações/informações.

da *International Hydrological Program Intergovernmental Council* (IC-IHP) aprovarem, em 1996, a inclusão dos conflitos relacionados à água como tema principal no plano de trabalho do programa de assistência da UNESCO (CHELLANEY, 2013).

Muitos Estados, como Israel e Jordânia, já identificaram os recursos hídricos como importante assunto de política externa devido ao potencial efeito do aumento de competição internacional. Desde a década de 1950, inimigos na África, no Oriente Médio e no Sul e Sudeste da Ásia fizeram acordos para utilização da água, porém fracos ou incompletos. Segundo Chellaney (2013), há apenas 18 acordos genuinamente internacionais quanto à divisão da água e somente um de águas subterrâneas, firmado entre israelenses e palestinos. Lembra também que cerca de metade desses acordos não possuem mecanismos de resolução de conflitos e de cooperação institucionalizada.

Finalizada a fundamentação teórica, fazendo o uso de uma visão realista da teoria das relações internacionais e sabendo da importância dos recursos hídricos para a geopolítica dos Estados, passaremos a seguir a uma análise dos conflitos árabe-israelenses.

3 OS CONFLITOS ÁRABE-ISRAELENSES NO PERÍODO DA GUERRA FRIA

Neste capítulo, analisaremos o panorama do Oriente Médio (figura 1) e os conflitos árabe-israelenses que lá ocorreram durante o período da Guerra Fria, no intuito de colhermos subsídios para que possamos compreender a geopolítica de Israel e, assim, confirmarmos se os recursos hídricos foram importantes em sua reivindicação pelas colinas de Golã após a Guerra dos Seis Dias.

Antes de iniciarmos as contendas árabe-israelenses, precisaremos discorrer sobre algumas considerações históricas, dentre as quais a formação do Estado de Israel se insere.

3.1 Considerações históricas

Desde o início do século XX, as grandes potências passaram a disputar o controle do Oriente Médio, quando ele se tornava imprescindível para o comércio mundial e, posteriormente, para a geopolítica global. Do ponto de vista geopolítico, os interesses petrolíferos entravam no planejamento estratégico das grandes potências. Logo, essa região presenciou uma disputa imperialista por suas matérias-primas e seus mercados, além da definição de áreas de influência. Isso determinou o surgimento de Estados e de conflitos (CAMARGO, 2006).

Em janeiro de 1919, a Conferência de Paz de Paris elaborou o tratado que pôs fim à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (PGM) e criou a Liga das Nações. A base do tratado foram os Catorze pontos de Wilson²⁴, cujo objetivo seria o de tornar o mundo seguro para a democracia. Essa base estabeleceu novas fronteiras conforme o critério da nacionalidade²⁵ e o

²⁴ Os Catorze pontos foram um plano para a paz mundial elucidados pelo Presidente Woodrow Wilson (1856-1924) em seu discurso de 8 de janeiro de 1918.

²⁵ Entendemos como critério da nacionalidade o vínculo que une cada indivíduo a um Estado determinado. Refere-se à condição do indivíduo como membro do Estado em uma sociedade política.

Tratado de Versalhes²⁶ determinou a criação de Estados segundo o princípio da autodeterminação²⁷ (ARARIPE, 2006).

A República da Turquia surgiu com a dissolução do Império Turco-Otomano após a PGM. A França e a Grã-Bretanha dividiram o que sobrou desse Império no Oriente Médio. A Síria e o Líbano passaram a ser influenciados pelos franceses, já o Irã, o Iraque, a Jordânia e a Palestina, pelos britânicos. Em 1917, a Grã-Bretanha divulgou a Declaração Balfour²⁸, na qual defendia a instalação de um lar nacional judeu na Palestina, e ainda prometeu aos árabes apoio à criação de Estados independentes. De acordo com Araripe (2006), foram essas promessas conflitantes que deram origem às guerras árabe-israelenses.

Posteriormente, passada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (SGM), o sistema internacional tornou-se bipolar, onde os EUA e a ex-URSS disputavam a hegemonia mundial. Durante a Guerra Fria, os conflitos entre árabes e israelenses fizeram parte de uma batalha travada por estadunidenses e soviéticos.

O governo dos EUA estabeleceu uma aliança estreita com Israel e, ainda, manteve como aliados as monarquias árabes produtoras de petróleo, como a Arábia Saudita por exemplo. Por sua vez, a ex-URSS apoiou os regimes árabes nacionalistas do Egito, do Iraque e da Síria. Conflitos como os que ocorreram em Israel, na Guerra de Suez, e com os árabes em 1973, quando o Egito iniciou a Guerra do Yom Kippur, não foram desencadeados pelos Estados hegemônicos e sim pelos ligados a eles, pois tanto os EUA quanto a ex-URSS tinham receio de iniciar uma guerra nuclear (CAMARGO, 2006).

Vale aqui ressaltar que, desde sua criação, o Estado de Israel considerou os recursos hídricos da bacia do rio Jordão como uma questão nacional. Antes mesmo da Guerra

²⁶ Tratado de paz assinado pelas potências europeias que encerrou oficialmente a PGM.

²⁷ Entendemos que o princípio da autodeterminação expressa a garantia a todo povo de um país um direito de se autogovernar, realizando suas escolhas sem intervenção externa, exercendo assim sua soberania.

²⁸ Em 2 de novembro de 1917, a fim de convencer os judeus russos a fazer o possível para evitar que seu país abandonasse a PGM, o Secretário do Exterior britânico Arthur Balfour (1848-1930) declarou que, após o término da PGM, seu país apoiaria a criação de uma nova pátria judaica na Palestina (ARARIPE, 2006).

de Suez, as autoridades israelenses iniciaram a construção do canal *National Water Carrier* em 1953, que desviava 1,2 km³ por ano do lago Tiberíades²⁹ para o deserto de Negev (figura 2). O presidente dos EUA à época, Dwight D. Eisenhower (1890-1969) se viu obrigado a agir para reduzir a crise entre os árabes, contrários à construção desse canal, e os israelenses. Dois anos após o início da construção, Eisenhower sugeriu a seguinte divisão das águas do Jordão: 56% para a Jordânia, 31% para Israel, 10% para a Síria e 3% para o Líbano (KHADER, 2007).

O Conselho da Liga Árabe, então, rejeitou o plano do presidente dos EUA por considerá-lo favorável a Israel por dar-lhe a melhor parte. Isso fez com que os Estados árabes decidissem, na Cúpula do Cairo, em janeiro de 1964, desviar águas dos rios Banyas e Hasbani em direção ao Yarmouk (figura 2). A execução do projeto teve início em 1965 e desencadeou ataques militares israelenses em 1965 e em 1966. No ano seguinte, durante a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, Israel ocupou todas as costas sírias das Colinas de Golã e do Lago Tiberíades. Com isso, ratificamos o exposto por Khader (2007) quando afirma que esse conflito deve ser percebido como uma guerra em busca de novos territórios e, também, pelo controle da água.

Desde a Guerra dos Seis Dias, Israel passou a controlar não apenas as fontes do Banyas, afluente sírio do Jordão, mas também os aquíferos montanhosos³⁰ da Cisjordânia e suas áreas de recarga, além do rio Yarmouk (KHADER, 2007).

A partir da próxima seção, iniciaremos uma análise dos conflitos árabe-israelenses do período da Guerra Fria.

²⁹ O lago Tiberíades também é conhecido como mar de Tiberíades, lago de Genesaré ou mar da Galileia.

³⁰ Os aquíferos montanhosos da Cisjordânia são também conhecidos como aquíferos da montanha ou *West Bank*.

3.2 A primeira guerra árabe-israelense (1948-1949)

Os EUA e a ex-URSS reconheceram o Estado de Israel em 14 de maio de 1948, quando esse foi proclamado. Na época, a ex-URSS tinha esperança de influenciar o Estado sionista³¹. No dia seguinte, os israelenses foram atacados por forças regulares do Egito, do Iraque, do Líbano, da Síria e da Transjordânia, que reforçaram as forças irregulares palestinas e o Exército Árabe de Libertação, comandado pela Liga Árabe (CAMARGO, 2006).

De acordo com Camargo (2006), apesar de um equilíbrio militar no campo de batalha, a vitória final foi dos israelenses. Durante a primeira trégua, as tropas israelenses receberam suprimentos ilegais de armas provenientes da Tchecoslováquia. Os soldados judeus estavam muito bem treinados e motivados. Do lado árabe, inicialmente havia uma superioridade numérica, mas com escasso treinamento militar, sendo que as tropas mais bem preparadas eram as da Síria e do Egito.

Aviões egípcios bombardearam Tel-Aviv em 14 de maio, dando início aos ataques árabes. No dia seguinte, tropas sírias atacaram o vale do Jordão, capturando a cidade de Zemah. Em 20 de maio, capturaram a cidade de Degania, mas foram rechaçados pela Haganá, uma milícia judaica embriã das futuras Forças de Defesa de Israel (FDI) (CAMARGO, 2006). Daqui já depreendemos que o vale do Jordão foi considerado um objetivo militar³² e, como tal, possui relevância estratégica, além de uma importância para a sobrevivência do Estado, como veremos no próximo capítulo.

No desenrolar do conflito, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a divisão da Palestina entre Israel e Transjordânia. Israel ganharia a Galileia Ocidental e o rei Abdullah, da Transjordânia, ficaria com Jerusalém e o Negev. A proposta foi recusada por

³¹ Sionismo é entendido como um movimento político e filosófico que defende o direito à autodeterminação do povo judeu e à existência de um Estado nacional judaico, no local onde historicamente existiu o antigo Reino de Israel (XI a.C a I d.C.).

³² Objetivo militar é entendido como aquele que contribui eficazmente para a ação militar e que oferece vantagem militar concreta.

outros Estados árabes e pela ex-URSS, embora tivesse o apoio dos EUA e da Grã-Bretanha. Em 7 de janeiro de 1949, o Conselho de Segurança da ONU convenceu Israel e os Estados árabes a iniciarem as negociações para um armistício (CAMARGO, 2006).

As fronteiras foram estabelecidas ao longo das linhas que marcavam as posições existentes dos exércitos. A primeira guerra árabe-israelense encerrou-se em 20 de julho de 1949, quando foi assinado o último acordo entre Síria e Israel. Este último teve seu território expandido: de 55% da Palestina que lhe tinham sido atribuídos pelo plano de partilha da ONU, conquistou 79% pelo uso da força. Segundo Maia (2007), a Transjordânia ficou com o controle da cadeia de baixas montanhas do centro e do sul da Palestina, conhecidas como Cisjordânia, e da Faixa de Gaza, sob a administração militar egípcia. Camargo (2006) complementa que Jerusalém foi dividida, seu lado oriental foi ocupado pelos jordanianos e uma parte ficou sob o controle de Israel. O governo israelense proclamou Jerusalém como capital, decisão que foi ignorada pela comunidade internacional, pois ia de encontro à resolução 181 das Nações Unidas, que recomendava um *status* internacional para a cidade. Vale ressaltar que o Estado de Israel foi admitido na ONU em 11 de maio de 1949.

Os palestinos foram as grandes vítimas da Guerra de Independência. Mais de 750 mil tinham fugido do território conquistado pelos israelenses. Israel jamais permitiu o retorno desses refugiados, que de acordo com Wagner (1974) constituem um dos grandes obstáculos para a paz na região. A ONU, por meio da resolução 194, reconheceu o direito dos refugiados palestinos de retornarem aos seus lares ou de serem indenizados, mas Israel sempre se recusou a aceitá-la. Um bom exemplo da rivalidade entre israelenses e palestinos poderá ser observado no próximo capítulo, quando será descrita a discrepância no consumo de água entre eles.

3.3 Guerra de Suez, a segunda guerra árabe-israelense (1956)

Como consequência da derrota árabe, golpes militares foram desencadeados nos reinos da Síria (1949) e do Egito (1952), marcando a ascensão de regimes militares nacionalistas. O mais famoso deles ocorreu no Egito com o coronel Gamal Abdel Nasser (1918 - 1970), quem chamou para si a bandeira do pan-arabismo, cujo objetivo era o de unir os povos árabes num Estado independente (CAMARGO, 2006).

Posteriormente, com a formação de Israel, o pan-arabismo centrou-se na luta pela expulsão dos judeus da Palestina. Os árabes promoveram então um boicote econômico total, proibindo o comércio com Israel. Qualquer governo que rompesse tal acordo seria excluído do comércio com os povos árabes (WAGNER, 1974). Uma nova guerra era questão de tempo.

A fim de resolver o problema de irrigação para os fazendeiros egípcios, Nasser solicitou aos EUA e à Grã-Bretanha que financiassem a construção da represa de Assuã no rio Nilo. Porém, em 26 de julho de 1956, tendo sua proposta recusada, Nasser anuncia a nacionalização do canal de Suez do Egito (CAMARGO, 2006). Aqui podemos observar a importância dos recursos hídricos para os árabes, recursos esses imprescindíveis para a agricultura.

Consequentemente, por serem as principais acionistas da Companhia do Canal, França e Grã-Bretanha juntaram-se com Israel e realizaram uma operação militar comum para a retomada do controle deste canal, a campanha do Sinai. Fazendo uma análise dessa campanha, do ponto de vista militar, Israel atingiu seus objetivos, abriu o estreito de Tiran à navegação, derrotou o Exército egípcio e encerrou os ataques de guerrilheiros palestinos, destruindo suas instalações na Faixa de Gaza. Em contrapartida, politicamente, não conseguiu derrubar o regime nasserista, estabelecer uma nova ordem política no Oriente Médio ou expandir seu território (CAMARGO, 2006).

De acordo com Wagner (1974), com o término da Guerra de Suez, o discurso do pan-arabismo ganhou força, com Nasser na liderança. Camargo (2006) complementa, ainda, que a campanha do Sinai foi desastrosa para o sionismo, pois foi associada aos interesses do decadente imperialismo anglo-francês no mundo árabe.

Vale ressaltar que os EUA e a ex-URSS não se envolveram diretamente nesse conflito, ambos defendiam a paz no Oriente Médio, mas não podiam abandonar suas influências nessa região. O Egito, por comprar armamentos e matérias-primas de Estados do bloco soviético como, por exemplo, a Tchecoslováquia, mostrava claramente de que lado fazia parte na Guerra Fria (CAMARGO, 2006). Estados não hegemônicos, como Egito e Israel, lutavam por áreas de influências, por territórios e, finalmente, por recursos hídricos. Parecia que os conflitos não teriam fim.

3.4 Guerra dos Seis Dias, a terceira guerra árabe-israelense (1967)

Durante 11 anos, Israel e os Estados árabes não recorreram à guerra. Como aquele possuía um poderio militar superior a todos os Estados árabes juntos, Nasser esperou o momento certo de, com a ajuda da ex-URSS, reverter essa preponderância e lançar uma ofensiva combinada. Por outro lado, no campo diplomático a beligerância era enorme. A Liga Árabe declarou, na Conferência do Cairo de 1964, que seu objetivo final era a destruição do Estado de Israel. E, ainda, foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que tinha o Exército de Libertação da Palestina como braço militar e cujas unidades estavam sob o comando de vários Estados árabes (CAMARGO, 2006).

Desde 1958, passou a existir a organização guerrilheira palestina Al Fatah, que se incorporou à OLP, porém agia de maneira independente. Buscava utilizar os Estados árabes como base para suas operações militares contra Israel, porém, no intuito de evitar represálias

israelenses, o Egito e a Jordânia impediam ações guerrilheiras partindo do Sinai, da Faixa de Gaza e do território jordaniano. Diferentemente do governo nacionalista e pró-soviético da Síria que dava cobertura às suas ações. Como Camargo (2006) bem descreve, Israel, que já vinha ameaçando atacar a Síria pelo apoio aos guerrilheiros palestinos, em abril de 1967, abateu seis aeronaves MiG-21 sírias nos céus de Damasco, capital da Síria, num incidente que teve início numa zona desmilitarizada perto do lago Tiberíades. Segundo Chellaney (2013), os ataques aéreos israelenses foram provocados por um projeto sírio, apoiado pelos árabes, o qual visava interromper os fluxos dos afluentes Banyas e Hasbani.

Nasser não planejava a guerra contra Israel, porém diante do ocorrido e pressionado pelos jordanianos e pelos sírios, que tinham assinado pactos de ajuda militar mútua em caso de guerra, foi obrigado a tomar atitudes para se manter na liderança do mundo árabe. Em maio, ele enviou grande quantidade de tropas para o deserto do Sinai e exigiu a retirada da Força de Emergência da ONU, que policiava o local desde o fim da guerra de 1956. E ainda, enviou barcos armados para fechar o estreito de Tiran à navegação israelense.

Em 5 de junho de 1967, Israel, que até então buscava uma saída diplomática, com o apoio dos EUA desencadeou uma *blitzkrieg*³³ contra o Egito. Pela manhã, em apenas duas horas, aviões da Força Aérea Israelense (FAI) destruíram no solo quase todos os aviões de combate egípcios (309 dos 340). A FAI também destroçou a quase totalidade das forças aéreas sírias e jordanianas quando os aviões destes atacaram alvos dentro de Israel. Cerca de 400 aviões árabes foram destruídos no primeiro dia de combate.

Em 6 de junho, as forças israelenses cruzaram a fronteira norte do Sinai. E no dia seguinte, paraquedistas israelenses conquistaram a cidade velha de Jerusalém, até então sob controle dos jordanianos, e saltaram acima do estreito de Tiran, encontrando a fortaleza egípcia abandonada. No dia 8, chegaram a Rumani, próximo ao canal de Suez (figura 3).

³³ Referência à *blitzkrieg* alemã, uma tática militar que utilizou forças móveis em ataques rápidos e de surpresa, impedindo as forças inimigas de organizar suas defesas.

Os israelenses não tinham planos de capturar a Cisjordânia. Segundo o chefe do Estado-Maior e futuro primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin (1922-1995), o desenvolvimento da guerra levou ao cerco de todas as tropas do Exército jordaniano na Judéia e na Samaria e à captura da fronteira natural de Israel, o rio Jordão (SHLAIM, 2004).

Quanto à Síria, também não houve um planejamento prévio. A ocupação das colinas de Golã se deu durante o curso do conflito. Elas estão estrategicamente localizadas em uma região rica em água e que é palco, ainda hoje, de disputas por seu território (CHELLANEY, 2013). Colonos do norte de Israel pressionaram o governo para que eles não fossem deixados à mercê das forças sírias de Golã. O ministro da Defesa, Moshe Dayan (1915-1981), afirmou que era contra o ataque à Síria, que a guerra iniciou com o objetivo de destruir a tropa egípcia e abrir o estreito de Tiran, não aceitava a ideia de entrar na Síria e mudar a fronteira para facilitar a vida nos assentamentos. Porém acabou cedendo à pressão dos colonos e mandou a FDI atacar a Síria em 9 de junho, ocupando as colinas de Golã (SHLAIM, 2004).

Ao final da guerra relâmpago, Israel ocupou a Cisjordânia, Jerusalém oriental, Gaza, as colinas do Golã e a Península do Sinai. Em contrapartida, 980 soldados israelenses morreram e 4.520 ficaram feridos, além de perderem 40 aviões e 394 carros de combate. Do lado árabe, 4.300 soldados morreram e 6.120 ficaram feridos. Egito, Jordânia e Síria perderam 444 aviões e 965 carros de combate (CAMARGO, 2006).

Em conformidade com Waldman (2004), a água é um dado de especial relevância para avaliar os conflitos no Oriente Médio, por ser uma área crítica em termos de disponibilidade de água, como veremos no próximo capítulo. Chellaney (2013) afirma que Israel conquistou o controle das colinas de Golã e dos sistemas aquíferos costeiro e de *West Bank* (figura 2). Acrescenta, ainda, que a competição sobre os recursos dos rios Jordão, Eufrates, Tigre, Litani, Orontes e Yarmouk e os regionais sistemas aquíferos sustentariam o

fato de que a água, e não o petróleo, seria a principal fonte de conflito no Oriente Médio. Para ele, a Guerra dos Seis Dias foi um bom exemplo de como a água é capaz de modificar o curso de um conflito armado. Complementa que os eventos que levaram ao conflito estavam enraizados nos planos rivais de desvio da água de Israel e de seus vizinhos. Por meio da captura das colinas de Golã, ricas em recursos hídricos, Israel assegurou o controle efetivo do rio Jordão e, também, a capacidade de empregar a água como um objeto de barganha.

Por outro lado, embora muitos analistas árabes acreditem que o conflito fora deliberadamente provocado pelos israelenses para expandir seu território, Camargo (2006) afirma que a Guerra dos Seis Dias foi um conflito que nenhuma das partes desejava, que a conquista e a ocupação da Cisjordânia e das colinas de Golã foram definidas ao longo das batalhas e não estavam nos planos iniciais dos estrategistas israelenses. Para corroborar essa afirmação, em 19 de junho, o gabinete israelense decidiu propor um acordo de paz com o Egito e com a Síria, retirando suas tropas das áreas ocupadas desde que fossem garantidas a liberdade de navegação no estreito de Tiran e no canal de Suez, a não interferência no escoamento de água das nascentes do rio Jordão e a desmilitarização da península do Sinai e das colinas do Golã. O gabinete ficou dividido quanto à Cisjordânia, que na época tinha uma população de 1,2 milhão de palestinos, ou optava por dar autonomia aos palestinos, mas manter o território sob controle israelense, ou devolveria parte dele à Jordânia.

Não houve qualquer tentativa de conciliação por parte dos Estados árabes que, em 28 de agosto, em Cartum no Sudão, não reconheceram o Estado de Israel, não aceitaram suas condições do acordo e a proposta de paz. Em novembro de 1967, o Conselho de Segurança da ONU votou a resolução 242, que pedia a retirada das Forças Armadas israelenses dos territórios ocupados e o respeito ao direito de cada Estado de viver em paz dentro das fronteiras reconhecidas e livres de qualquer ameaça externa (CAMARGO, 2006).

No entanto, segundo Nye (2009) essa resolução continha ambiguidades. Ela não

indicava “todos os territórios” e sim “territórios”, e então, ao contrário da Síria, a resolução agradou aos EUA, à ex-URSS, à Jordânia, ao Egito e até mesmo à Israel, pois, para este último, o texto da resolução não especificava a saída de todos os territórios conquistados. Além disso, era ambígua quanto à situação dos palestinos não serem reconhecidos como nação, mas classificados como refugiados.

A resistência política árabe acabou contribuindo para um incremento de força da ideologia expansionista de alguns israelenses. Como consequência, Jerusalém Leste foi anexada em 1967 e as colinas de Golã³⁴, em 1981. A Faixa de Gaza e a Cisjordânia permaneceram ocupadas e receberam vários assentamentos judaicos, numa anexação de fato dos territórios palestinos (NYE, 2009). Não é difícil percebermos que os conflitos logo se reiniciariam.

3.5 Guerra de Yom Kippur, a quarta guerra árabe-israelense (1973)

O governo israelense, chefiado por Golda Meir (1898-1978) e com o apoio dos militares da FDI, não considerava nenhuma possibilidade de mudança no *status quo* do Oriente Médio, a não ser que os árabes aceitassem negociar nos termos de Israel. No início de seu governo, em 1969, o Egito realizou bombardeio de artilharia às posições de Israel no canal de Suez, ataques por terra e aéreos, seguidos de rápida retirada. A estratégia egípcia era de amedrontar Israel, que, por sua vez, iniciou a construção de um pequeno arsenal nuclear, por temer não poder manter indefinidamente, apenas com armas convencionais, o equilíbrio militar a seu favor (CAMARGO, 2006).

Calvocoressi (2011) afirma que Israel se tornou peça fundamental estadunidense

³⁴ Israel anexou as colinas de Golã em 1981, uma manobra não reconhecida pela comunidade internacional. Em 25 de março de 2019, o presidente dos EUA, Donald Trump (1946-), ao lado do premiê israelense Benjamin Netanyahu (1949-), assinou na Casa Branca um decreto com o reconhecimento formal estadunidense sobre a soberania israelense nesse território, que, segundo Trump, é de extrema importância estratégica e de segurança para Israel, além de promover a estabilidade regional (*British Broadcasting Corporation*, 2019).

no tabuleiro da Guerra Fria nessa região, para contrabalançar a influência da ex-URSS sobre os Estados árabes, a qual fornecia armamentos e assessoria militar ao Egito e à Síria. Por isso, os EUA procuraram elaborar um plano de paz nos termos da Resolução 242 da ONU, porém o gabinete israelense rejeitou a proposta sob a alegação de que a sobrevivência de Israel não podia ser sacrificada por nenhuma política de poder e, assim, buscaram reduzir sua dependência de fornecimento de armas estadunidenses.

Muhammad Anwar Al Sadat (1918-1981) assumiu a presidência egípcia em 1970, após a morte de Nasser, e sinalizou a disposição em assinar um tratado de paz com Israel nos termos da resolução 242 da ONU. Ele fez uma proposta de acordo parcial, com a reabertura do canal de Suez e a retirada parcial das tropas israelenses. Mas Golda Meir, apesar dos EUA a pressionarem suspendendo a venda das aeronaves *Phantom* para Israel, dizia que a única concessão que admitiria fazer era em relação à Jordânia, cujo rei tinha grande interesse em cooperar com Israel. Tanto Israel quanto a Jordânia compartilhavam do temor aos palestinos e preferiam que parte da Cisjordânia ficasse sob a administração da Jordânia. O rei chegou a elaborar um plano para incluir a Faixa de Gaza e a Cisjordânia ao seu reino, incluindo Jerusalém como capital, mas Israel rejeitou seu plano e acabou por fortalecer a opção da OLP de Yasser Arafat (1929-2004), quem lutava por um Estado palestino independente (CAMARGO, 2006).

O Egito acabou cortando suas relações com a Jordânia por suspeitar que estivessem tentando fazer uma paz em separado com os israelenses a respeito do Sinai. O presidente Sadat não via outra opção senão uma ação militar para romper o impasse. Camargo (2006) afirma que Sadat sabia que não venceria a FDI, mas para tentar levar Israel à mesa de negociações, planejou um ataque surpresa. Foi durante os festejos sagrados do Yom Kippur (o Dia do Perdão para os judeus), às 14 horas de 6 de outubro de 1973, em um sábado, que as forças sírias e egípcias atacaram Israel, primeiramente no Sinai e no canal de Suez e, ao final,

nas colinas de Golã.

Segundo Calvocoressi (2011), os egípcios romperam a Linha de Bar-Lev³⁵ e impuseram pesadas baixas às forças blindadas e à aviação israelense. Em Golã, o avanço sírio foi duramente contido pela FDI. A ofensiva egípcia foi contida ao avançar demais dentro do Sinai, em 14 de outubro, por uma poderosa contraofensiva israelense e, assim, grande parte das forças blindadas egípcias foi destruída e a FDI entrou na margem oeste do canal de Suez. Consequentemente, o Terceiro Exército egípcio ficou isolado na margem leste do canal e o Cairo ficou vulnerável às tropas israelenses. Ao mesmo tempo, a FDI abriu caminho para a Síria e ameaçou a capital Damasco. Preocupados com a generalização do conflito, os EUA e a ex-URSS intervieram e, então, foi firmada uma trégua em 22 de outubro. Mais uma vez, percebe-se que os Estados hegemônicos, preocupados em evitar uma escalada nuclear, não participaram diretamente dos conflitos árabe-israelenses, enquanto outros, por eles influenciados, lutavam por poder.

Israel foi tomado de surpresa, mostrando que a FDI não era invencível. Camargo (2006) afirma que, militarmente, a guerra terminou empatada, já que os árabes venceram o primeiro *round* e os israelenses o segundo. Os israelenses tiveram 2.838 mortos e 8.800 feridos; os árabes, 8.528 mortos e 19.549 feridos. Israel perdeu 103 aviões e 840 carros de combate; os árabes, 392 aviões e 2.554 carros de combate.

Henry Kissinger, um formulador da política externa da Casa Branca entre 1969 e 1975, compreendeu a necessidade de mudança e passou a buscar o envolvimento mais ativo dos árabes nas negociações (CALVOCORESSI, 2011). Em janeiro de 1974, foi firmado um acordo de desocupação militar egípcio-israelense e em maio, um acordo sírio-israelense. Israel retirou-se do lado ocidental do canal de Suez e uma área de 30 km do lado oriental do canal foi dividida em três zonas distribuídas entre Egito, Israel e forças da ONU.

³⁵ Uma fortificação que os israelenses tinham construído em 1967 ao longo da margem leste do canal de Suez, que contava com poucas defesas.

Conforme Camargo (2006), a Guerra do Yom Kippur abriu caminho para que, em 1978, Egito e Israel assinassem um acordo de paz mediado pelos EUA. Para ele, a guerra sepultou de vez o pan-arabismo e plantou as sementes do fundamentalismo islâmico do Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) e da Jihad (Guerra Santa), que cresceria nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia (figura 4).

Após entendermos os motivos que desencadearam os quatro conflitos sucessivos árabe-israelenses estudados e a preocupação de Israel em permanecer com o domínio das colinas de Golã, faz-se necessário entendermos o quão importante são os recursos hídricos para os povos do Oriente Médio.

4 OS RECURSOS HÍDRICOS COMO FONTES DE CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO

Para ascendermos ao objetivo de responder a questão desta pesquisa, analisaremos a importância dos recursos hídricos para os povos do Oriente Médio.

A água nessa região torna-se um valioso objeto de barganha e um bem necessário à sobrevivência dos Estados banhados pela bacia hidrográfica do rio Jordão. Conhecer essa bacia e os demais recursos hídricos desses Estados é de fundamental importância para buscarmos compreender os conflitos árabe-israelenses.

4.1 O significado da água para os Estados do Oriente Médio

Alguns elementos físicos, como os já citados na seção 2.3, destacam-se como importantes dificultadores de concentração demográfica, como, por exemplo, a escassez de água. Por outro lado, regiões de clima com temperaturas moderadas, solos férteis, chuvas regulares ou com importantes fluxos hídricos favorecem o aumento da densidade demográfica (BECKER, 2012).

Becker (2012) afirma que estas facilidades e dificuldades são relativizadas pela tecnologia disponível em cada sociedade. Desse modo, técnicas de extração de água por meio de poços artesianos profundos e de usinas de dessalinização, como as existentes em Israel, são responsáveis pelo grande aumento da concentração demográfica.

A escassez dos recursos hídricos leva a um estresse³⁶ entre Estados, causando uma disputa entre eles por esses recursos, podendo vir, como consequência, a originar um conflito armado. Khader (2007) utiliza como exemplo a Guerra dos Seis Dias de 1967 e, também,

³⁶ Entendemos que estresse é uma excitação emocional do nosso corpo, causada pela adaptação à percepção de novos estímulos e que gera consequências sistêmicas.

menciona que, durante esse conflito, a barragem Khaled Ibn al Walid, a qual estava sendo construída pela Síria e pela Jordânia no rio Yarmouk, foi destruída por Israel, que, ao final do conflito, acabou ocupando Golã e Cisjordânia.

De acordo com o *World Water Assessment Programme* (WWAP) (2019), o Oriente Médio possui um elevado nível de estresse hídrico (figura 5). A escassez de água nessa região faz com que esse recurso passe a ser um objeto de barganha, uma fonte de poder e um bem essencial à sobrevivência dos Estados lá situados.

Na próxima seção, descreveremos a bacia hidrográfica³⁷ do rio Jordão para que possamos compreender melhor os conflitos que lá ocorreram.

4.2 A bacia hidrográfica do rio Jordão

Com uma área de drenagem de 18.300 km², a bacia hidrográfica do rio Jordão (figura 2) abrange parte dos territórios do Líbano, da Síria, de Israel e da Jordânia, sendo que 80% de sua área situa-se nesses dois últimos Estados (LIBISZEWSKI, 1995). Khader (2007) lembra, ainda, que a Autoridade Nacional da Palestina é mais um ente a compartilhar dessa bacia.

Segundo Libiszewski (1995), essa bacia está localizada entre a zona equatorial e as médias latitudes. Devido aos padrões gerais de circulação atmosférica, prevalece a aridez em boa parte da região, um ambiente seco, no qual a evaporação excede as poucas precipitações. Nas outras partes, devido ao choque de massas de ar vindas do Mediterrâneo (a oeste da bacia) e do Mar Negro (ao norte da mesma) somado às consideráveis elevações topográficas situadas no norte da Jordânia e na Cisjordânia, são originadas chuvas orográficas que aliviam essa aridez e chegam a resultar em uma reserva de água.

³⁷ Entende-se por bacia hidrográfica a porção do espaço em que as águas das chuvas, subterrâneas, das montanhas ou de outros rios escoam em direção a um determinado curso d'água, abastecendo-o.

Silva (2011) complementa que o clima Mediterrâneo é o grande responsável pela presença de um inverno chuvoso e um verão extremamente seco. Subtraindo o total de água que entra no sistema da bacia via precipitação com toda água perdida pela evaporação e pela transpiração das plantas, chega-se a um déficit hídrico, justificado pelo clima Mediterrâneo e pelas altas temperaturas que prevalecem no verão.

Quanto à sua regionalização, o rio Jordão nasce no monte Hermon. Lowi (1995) descreve que a bacia é dividida em Alto e Baixo rio Jordão. O primeiro é formado pelas nascentes posicionadas no Líbano e em Israel, cujas três principais dão origem aos rios Dan, em Israel; Hasbani, no Líbano; e Banias, nas Colinas de Golã.

O fluxo anual do rio Jordão após a confluência desses três rios é de 500 milhões de m³, metade do fluxo do rio Litani no Líbano ao chegar em sua foz no mar Mediterrâneo (KHADER, 2007). O rio Jordão atravessa uma rota de 17 km antes de se juntar ao lago de Tiberíades a 210 m acima do nível do mar, que, de acordo com Chellaney (2013), é conhecido como o maior reservatório de água doce de Israel e o ponto de origem do seu Plano Nacional de Transporte. Entre o lago Tiberíades e o mar Morto, cerca de 320 km de extensão, o rio Jordão recebe seu principal afluente: o rio Yarmouk, compartilhado pela Jordânia e pela Síria. Ao longo desse trajeto, extrações importantes são realizadas, entre as quais aquelas realizadas por israelenses, de modo que, ao fluir para o Mar Morto, o Jordão parece mais um riacho que um rio.

De acordo com Khader (2007), o rio Dan, o maior dos três afluentes da nascente, antes de se juntar ao curso principal ao norte da bacia, corre inteiramente no território israelense. Sua média de fluxo de água é de 245 milhões de m³ por ano, aproximadamente 50% de todo o fluxo do Alto Jordão. No Líbano, a uma distância de 50 km da fronteira israelense, o Hasbani é formado por nascentes ao pé do monte Hermon, que antes de chegar em Israel, ainda drena um trecho de 2 km dentro do território sírio. Já o Banias, localiza-se em

uma área que pertencia à Síria, desde a formação do seu Estado até o ano de 1967, quando passou ao poder de Israel em decorrência da Guerra dos Seis Dias. O rio cobre uma área de 1.800 km², cuja drenagem envia mais água para o oeste, para as bacias do rio Jordão e para o lago Tiberíades.

Os rios Dan, Hasbani e Baniás correm para o sul e unem-se em um só curso a partir de uma posição dentro do território israelense. A partir daí, o curso atravessa o vale de Hulé e junta-se a outros afluentes de menor importância, chegando ao lago Tiberíades, conhecido também como o grande reservatório hídrico da bacia do Rio Jordão. Esse lago divide o Alto do Baixo rio Jordão. A porção da bacia que está ao norte do lago pertence ao Alto rio Jordão, enquanto a outra porção pertence ao Baixo rio Jordão (KHADER, 2007).

Aproximadamente 10 km ao sul do lago Tiberíades, o rio Jordão encontra o rio Yarmouk, um dos seus principais tributários em termos de volume. Lowi (1995) lembra de seu importante processo histórico de negociação entre Jordânia e Israel, quanto à distribuição das águas da bacia do rio Jordão. O rio Yarmouk nasce em território sírio e corre junto à fronteira sírio-jordaniana, até avançar alguns quilômetros pelo território de Israel, antes de se juntar ao Jordão, quando então o curso principal da bacia segue rumo ao sul até atingir o Mar Morto.

Lowi (1995) ainda compara o volume das águas da bacia do rio Jordão em relação a outras grandes bacias próximas. Ele afirma que os recursos do Jordão são de menor volume, porém vitais, principalmente para a Jordânia e para Israel, que não contam com outras alternativas em seus territórios e que sempre fizeram um intenso uso da bacia do rio Jordão, levando-a a uma precariedade ambiental, principalmente no trecho mais próximo ao Mar Morto. Já para a Síria e para o Líbano, localizados à montante da bacia, as águas desse sistema correspondem a uma pequena parcela de seus consumos.

Diante do baixo volume hídrico do rio Jordão, aliado à localização dos Estados em regiões áridas ou semiáridas, com uma alta taxa de crescimento populacional e um significativo setor agrícola, surgem novos desafios associados ao desenvolvimento e compartilhamento dos recursos hídricos entre os Estados que o comportam.

A seguir, analisaremos a disponibilidade de recursos hídricos dos Estados banhados pela bacia do rio Jordão.

4.3 Os recursos hídricos dos Estados banhados pela bacia do rio Jordão

A partir de dados fornecidos por Khader (2007) e por Mutin (2001), detalhamos, na tabela abaixo, os consumos aproximados total e *per capita* anuais de cada um dos Estados banhados pela bacia do rio Jordão e da Palestina:

	Consumo <i>per capita</i> ao ano (m ³)	Consumo total anual (milhões de m ³)
Líbano	*	900
Síria	1.200	*
Jordânia	210	930
Israel	350	*
Palestina	52	280

Tabela 1 – Valores aproximados dos consumos *per capita* e total anuais de água doce dos Estados banhados pela bacia do rio Jordão e da Palestina.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota: * Dados não fornecidos por Khader (2007) e por Mutin (2001).

Além desses dados, Khader (2007) passa a descrever cada um desses Estados (figura 2). Iniciando pelo Líbano, ele ressalta que é o que possui maior volume hídrico. Rios como o Hasbani atravessam o Estado, assim como o Litani com um fluxo de 950 milhões de m³; o Oronte com 370 milhões de m³; o Assi, cuja vazão é de 140 milhões de m³ na fronteira israelense; e o Nahr el Kebir com um fluxo na fronteira com a Síria que chega a atingir 95 milhões de m³ ao ano.

A Síria também é bem abastecida. Apesar das colinas de Golã terem sido

ocupadas por Israel em 1967, o Estado ainda conta sobretudo com os recursos hídricos provenientes dos rios Eufrates e Oronte, além das fontes da cordilheira do Antilíbano.

Por outro lado, a Jordânia é um Estado em grande parte deficitário quanto aos recursos hídricos. Suas fontes hídricas provêm das águas superficiais dos rios Jordão e Yarmouk (360 milhões de m³), dos lençóis freáticos renováveis (310 milhões de m³) e das camadas de combustíveis fósseis não renováveis (210 milhões de m³). Outros 50 milhões de m³ vêm das águas subterrâneas da confluência do Jordão com o Yarmouk, garantidos pelo tratado de paz entre Israel e Jordânia, porém Khader (2007) afirma que esse acordo é pouco respeitado.

Já Israel possui um consumo de água maior que seus recursos renováveis, dos quais uma parte significativa vem das colinas de Golã. Segundo Khader (2007), 80% vêm de recursos renováveis e 20% de recursos hídricos não convencionais, como água reciclada ou salgada para uso industrial. De acordo com o jornal Valor Econômico (2009), Israel produz 21% da água que consome a partir do mar, 32% do subterrâneo e 22% da reutilização do esgoto. Esse jornal expõe, ainda, que o lago Tiberíades, grande fonte de água da região, responde por apenas 25% da água consumida em Israel. No nível geopolítico, segundo Khader (2007), dois terços de seus recursos vêm de fora das fronteiras israelenses de 1948, logo destacamos a importância que os conflitos árabe-israelenses tiveram sobre o atual consumo hídrico do Estado de Israel.

Mutin (2001) afirma que o consumo *per capita* anual nos territórios palestinos representa, aproximadamente, um sétimo do consumo israelense, quando a relação demográfica é de apenas um para dois. Segundo ele, isso só é possível devido à superexploração, pelo israelense, dos lençóis freáticos costeiros (especialmente em Gaza) e dos aquíferos montanhosos da Cisjordânia, além de um controle rigoroso e desigual de seu consumo quando comparado ao do palestino. Esse controle leva a uma limitação das culturas

irrigadas, a preços proibitivos da água e à proibição de perfuração de poços.

Há uma desproporção em relação a Israel, com seus territórios palestinos ocupados, e a Autoridade Nacional da Palestina que está impedida de exercer o controle efetivo sobre o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos disponíveis na região. As medidas tomadas pelos israelenses, incluindo o aumento de assentamentos, continuam a privar os palestinos dos recursos hídricos (KOEK, 2013).

Em conformidade com Koek (2013), a região possui como principais fontes de água doce natural: o rio Jordão, considerado o mais importante dos recursos hídricos de superfície e os aquíferos da montanha e costeiro, grandes recursos de água subterrânea produtiva compartilhados entre Israel e Palestina.

O rio Jordão é reconhecido como a fronteira oriental da Palestina, mas desde a ocupação da Cisjordânia em 1967, os israelenses proibiram aos palestinos o acesso físico às margens do rio e aos recursos hídricos. O rio Jordão fornece até 700 milhões de m³ por ano de água para Israel e o desvio do fluxo à montante não só restringiu os palestinos de água, mas contribuiu para a diminuição rápida e sem precedentes dos níveis de água do Mar Morto, danificando seu ecossistema e poluindo-o (KOEK, 2013).

Conforme aponta Silva (2011), Israel conta ainda com o aquífero costeiro (figura 2), localizado em seu território, parte no subsolo da Faixa de Gaza e da Península do Sinai (territórios ocupados por Israel). O mesmo foi superexplorado durante muitos anos, possuindo baixa qualidade para o consumo doméstico. Koek (2013) afirma que esse aquífero é um recurso hídrico transfronteiriço partilhado entre israelenses e palestinos na Faixa de Gaza, onde 1,6 milhão de palestinos vivem sob dependência da extração desse aquífero, que é a única fonte de água natural disponível para eles.

Ainda segundo Koek (2013), com acesso a 11% dos recursos do aquífero da montanha, a um quarto do total das extrações compartilhadas do aquífero costeiro e sem

acesso à água de superfície, os palestinos dos territórios ocupados por Israel só têm acesso a 10% de toda a água disponível na região, pois os 90% restantes pertencem a Israel.

A Autoridade Nacional da Palestina é a mais prejudicada. Seu consumo de água é um dos menores da região e seus recursos são utilizados em grande parte pelos israelenses e pelos colonos judeus. Enquanto aqueles superexploram os aquíferos das áreas montanhosas, estes disputam com os palestinos acesso às águas subterrâneas e de superfície (KHADER, 2007). De acordo com o *Joint Monitoring Programme for Water Supply, Sanitation and Hygiene* (JMP) (2019), os palestinos são os que menos têm acesso à água potável, ao contrário dos israelenses, quem mais têm (figura 6).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2006), os representantes israelenses perante a Comissão Mista da Água regulam estritamente a quantidade e a profundidade dos poços explorados pelos palestinos. Além disso, regras mais flexíveis se aplicam aos colonos israelenses. Como consta nesse relatório, apesar dos israelenses possuírem apenas 13% dos poços da Cisjordânia, os colonos são responsáveis por 53% das extrações de águas subterrâneas. Essa assimetria também é observada no uso da água para a agricultura, na qual 400 assentamentos judaicos instalados nos territórios ocupados desde 1967 consomem mais água que todas as cidades palestinas. O relatório ainda descreve que os 6.000 colonos instalados na faixa de Gaza consomem mais do que os 1.300.000 palestinos que lá vivem. Em 2005, um colono israelense instalado em Gaza consumia cerca de 1.000 m³ por ano, um colono na Cisjordânia consumia quase 630 m³, um israelense 350 m³ e um palestino 52 m³, logo conclui-se que um colono em Gaza consumiu, aproximadamente, 20 vezes mais água do que um palestino. Desde 1967, após a Guerra dos Seis Dias, estima-se que entre 40 e 45% da água consumida por Israel vêm dos territórios ocupados da Palestina e da Síria.

Assim, a situação na região é caracterizada pela existência de dois Estados com

recursos hídricos abundantes (Líbano e Síria) e outros dois com grande deficiência em relação à água (Jordânia e Israel). Os territórios ocupados pelos palestinos também apresentam essa deficiência. No entanto, Israel reverte essa situação ao explorar os recursos encontrados nos territórios anexados, como as colinas de Golã. Khader (2007) prevê, para o ano de 2025, que a situação na Jordânia, em Israel e nos territórios ocupados pelos palestinos será praticamente insustentável. Ele estima que a população de Israel, da Jordânia e dos territórios ocupados, que no ano de 2007 se aproximava a 15 milhões de habitantes, aumentará, em 2025, para 25 milhões, quando o consumo de água excederá 5.000 milhões de m³ e, ainda, chegará a 7.000 milhões de m³ em 2040. E conclui que somente o Líbano poderá confrontar com sucesso o crescimento de suas necessidades, sem precisar recorrer a métodos não convencionais de produção de recursos hídricos consumíveis.

Dados mais recentes fornecidos pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) (2019) mostram que esses Estados banhados pela bacia do rio Jordão reduziram seus consumos totais de água *per capita* ao ano, enquanto que os palestinos aumentaram, porém ainda permanecem com o menor valor dentre os povos da região. Além disso, essa organização apresenta a proporção de recursos hídricos renováveis consumidos por cada povo, mostrando a Jordânia como o Estado que tem o maior índice e o Líbano, o menor (figura 7).

Nesse contexto, situações hidroconflitivas passam a ser inevitáveis e qualquer solução visualizada será apenas temporária.

4.4 Uma solução temporária para as situações hidroconflitivas³⁸

Chellaney (2013) apresenta no gráfico abaixo a diferença da disponibilidade de

³⁸ Situações hidroconflitivas são tensões geopolíticas ocasionadas por conta da disputa pelo domínio e utilização de fontes de água.

água doce por pessoa entre os continentes.

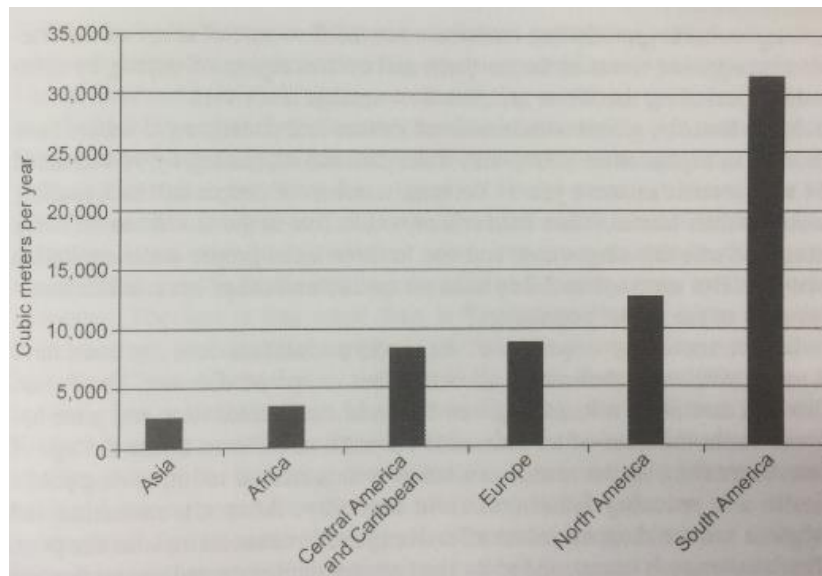


Figura 8 – Disponibilidade *per capita* de água doce nos diferentes continentes.
Fonte: CHELLANEY, 2013, p.9.

Como podemos observar, o continente asiático, onde se localiza o Oriente Médio, é o que possui a menor disponibilidade. Com 60% da população mundial, conta apenas com 36% dos recursos hídricos existentes no planeta. Daí a importância dada pelo Estado de Israel aos recursos hídricos existentes nas colinas de Golã.

De acordo com o publicado no *site* da *British Broadcasting Corporation* (BBC) (2019), as colinas de Golã representam um terço do abastecimento de água de Israel, além de oferecer um excelente ponto de observação a esse Estado, possível de monitorar os movimentos sírios, e também uma segurança natural contra qualquer ataque militar da Síria em virtude de sua topografia. Afirma que a terra lá, favorável à criação de gado, é fértil, proporcionando o cultivo de vinhedos e pomares no solo vulcânico. Ainda informa que, essas colinas representam uma fonte de recursos de turismo, abrigando a única estação de esqui de Israel.

Com o aumento populacional e a atual escassez de água, tem-se gerado situações hidroconflitivas, especialmente por rios que atravessam vários Estados, como o caso de Israel

que disputa o controle das nascentes do Jordão com a Jordânia. Khader (2007) e Waldman (2004) afirmam que a participação política do controle da água é de extrema relevância na busca de uma solução para o conflito árabe-israelense e, especialmente, para a disputa entre israelenses e palestinos.

Em conformidade com Melendo (2015), a escassez de água no Oriente Médio contribui para a situação já instável na região. Dessa forma, o planejamento estratégico quanto à utilização dos recursos hídricos dos Estados é de fundamental relevância, provocando uma valorização geopolítica dos lugares mais favorecidos com esses recursos. Como exemplo de estratégia, muitos aquíferos e bacias são compartilhados por dois ou mais Estados vizinhos, o que necessita de um conhecimento cada vez mais detalhado dessas fontes de recurso natural de interesse comum.

Corroborando com a ideia de que Israel sempre se preocupou em apoderar-se dos recursos hídricos desde a formação do seu Estado, Melendo (2015) afirma que o controle do território pelos israelenses também se estende aos recursos hídricos. Os israelenses preocupam-se não somente em garantir a segurança de suas fronteiras, como também em proteger seus recursos hídricos, usados como barganha nos acordos políticos e considerados uma importante fonte de poder, essencial à sobrevivência do Estado. Isso nos faz deduzir que uma gestão cooperativa desses recursos apenas sustentará uma paz temporária na região. Diante de uma visão realista das relações internacionais, a busca por poder sempre levará os Estados a entrarem em conflito.

No capítulo seguinte estabeleceremos algumas conclusões, no intuito de validar a hipótese desse estudo.

5 CONCLUSÃO

Buscamos aqui ressaltar a importância dos recursos hídricos para a geopolítica dos Estados. E para isso, cinco capítulos foram desenvolvidos.

Após uma introdução, propusemo-nos a fundamentar o trabalho conceituando conflito, teoria realista das relações internacionais e recursos hídricos.

Diante de um tema tão relevante e atendendo ao nosso propósito, confrontamos a teoria realista de Thomas Hobbes com a realidade no caso concreto dos conflitos árabe-israelenses, buscando aprofundar-nos no assunto em foco, os recursos hídricos.

Partindo do entendimento que os conflitos são inevitáveis, pois sempre haverá um Estado almejando mais poder, nada melhor que a teoria realista das relações internacionais para justificá-los e, assim, fizemos uso de um de seus principais teóricos, Thomas Hobbes, para desenvolver uma linha de pensamento. O que ele defendia não se concretizou no período da Guerra Fria, visto que tanto os EUA quanto a ex-URSS não almejavam em se tornar o Leviatã. Eles não se confrontaram diretamente, acreditavam que isso levaria à eclosão de uma TGM, uma guerra atômica e, conseqüentemente, a destruição do planeta. Em contrapartida, por interesses econômicos, disputas indiretas ocorreram como as do Oriente Médio, local muito almejado por esses Estados hegemônicos que exerceram suas influências na região, como em uma partida de xadrez.

Conflitos internacionais continuaram a existir nesse período da Guerra Fria e o Oriente Médio foi palco de diversos deles, cujas causas incluem tanto a etnia, o nacionalismo, o subdesenvolvimento econômico, a religião, quanto as políticas de equilíbrio de poder.

Considerado por muitos teóricos como a região que melhor se adequou à visão realista das relações internacionais, observamos que o Oriente Médio tem seus recursos

hídricos como uma de suas principais fontes de poder e um bem necessário à sobrevivência dos Estados lá existentes.

Pudemos, ainda, conferir a importância da água para a humanidade, fonte essencial à sobrevivência. Sua superexploração poderá provocar escassez, degradação ambiental e disputas territoriais entre Estados. Ressaltamos a importância de aderirmos ao desenvolvimento sustentável e observamos aqui que a segurança hídrica não pode ser renegada a segundo plano. A busca pelo controle dessa fonte vital de poder nos leva a observar áreas com potencial hidroconflitivo.

Ao identificarmos a relevância desses conceitos, procuramos aplicá-los nos conflitos em estudo do Oriente Médio. Assim, no terceiro capítulo descrevemos os conflitos árabe-israelenses, que se resumem a guerras entre grupos de diferentes identidades nacionais, mas que reivindicam o mesmo território. Entendemos que a Guerra dos Seis Dias de junho de 1967 deu forma aos problemas territoriais subsequentes, dificultando a paz no Oriente Médio.

Desde a formação do seu Estado, Israel sempre se preocupou em apoderar-se dos recursos hídricos. Em junho de 1967 somente reagiu aos ataques árabes, porém os territórios conquistados ao final do conflito não foram desocupados. Assim, entendemos que as colinas de Golã representam muito mais para os israelenses do que uma posição estratégica contra a Síria, mas uma região cujos recursos hídricos são essenciais à sobrevivência do Estado.

Nesse nexos, no quarto capítulo, apontamos a carência de recursos hídricos para os povos do Oriente Médio e a água como fonte de poder. Descrevemos a bacia hidrográfica do rio Jordão e sua influência para os Estados ribeirinhos. Observamos que os recursos hídricos são fontes de conflitos na região e que a existência de uma gestão cooperativa desses recursos é uma solução, mesmo que temporária, para essas situações hidroconflitivas.

Vimos que a água no Oriente Médio tem suas diferenças quanto à exploração, à deterioração de qualidade com aumento da demanda populacional e ao esgotamento em longo

prazo. Com seus territórios palestinos ocupados, os israelenses fazem uso desproporcional dos recursos hídricos quando comparado ao povo palestino. Quanto aos Estados banhados pela bacia do rio Jordão, fazendo uso de métodos não convencionais de produção de recursos hídricos consumíveis, como as usinas de dessalinização, verificamos que Israel possui um consumo de água *per capita* anual maior apenas que o da Jordânia, com quem disputa o controle das nascentes do Jordão. Enquanto que a Síria, mesmo com as colinas de Golã sendo ocupadas pelos israelenses a partir de 1967, apresenta um consumo superior aos demais Estados ribeirinhos.

Diante da defesa dos interesses dos Estados e da busca por poder, integramos o conhecimento aqui adquirido e, assim, concluímos nosso objetivo ao responder à questão proposta e ao validar nossa hipótese, afirmando que os recursos hídricos foram importantes na reivindicação de Israel pelas colinas de Golã após a Guerra dos Seis Dias. Desde então, os israelenses possuem um território de extremo poder de barganha e fundamental à sobrevivência de seu povo e do Estado.

Fazendo ainda uso desse último capítulo, sugerimos a implementação de práticas educativas com o objetivo de conscientizar todo o povo brasileiro quanto à importância dos recursos hídricos para a geopolítica do Estado, mostrando que é possível o desencadeamento de uma guerra por essas fontes de poder. Assim, para um próximo trabalho, recomendamos uma análise da defesa de nossos recursos hídricos, a fim de verificar se estão ou não ameaçados.

REFERÊNCIAS

- ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. *In*: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAKKER, Mucio P. R. **A devastação ambiental e os desafios do século**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 133, n. 04/06, abr./jun. 2013. p.78.
- BECKER, Bertha. **Manual do Candidato - Geografia**. Brasília: FUNAG, 2012.
- BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica, defesa e desenvolvimento: a primeira década do século XXI na América Latina e no mundo**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BOUTHOU. Gaston. **Tratado de Polemologia**. Madrid: Ediciones Ejército, 1984.
- BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC), News. **Qual a importância das colinas de Golã, que Trump reconhece como território de Israel**. Londres, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47667304>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.
- CAMARGO, Cláudio. Guerras Árabe-Israelenses. *In*: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHELLANEY, Brahma. **Water, Peace, and war: confronting the global water crisis**. New York: Rowman & Littlefield, 2013.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Della guerra**. Bari: Laterza, 1989.
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. **Agenda 21**. Capítulo 18. Parágrafo 18.3. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. p. 297.
- DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), **Proportion of renewable water resources withdrawn: MDG Water Indicator**. AQUASTAT Website, 2016. Disponível em: http://www.fao.org/nr/water/aquastat/maps/World-Map.MDG_eng.htm. Acesso em: 27 jul. 2019.
- FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995.
- GLEISER, Marcelo. **Sede humana**. São Paulo, 31 ago. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe3108200803.htm>. Acesso em: 19 mai. 2019.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2011, 7 ed.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

Joint Monitoring Programme for Water Supply, Sanitation and Hygiene (JMP). **Indicadores sociais: população com acesso à água potável**. WHO/UNICEF, [Nova York, EUA], 2019. Disponível em: <https://países.ibge.gov.br/#/mapa/comparar/israel?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2019.

KAGAN, Donald. **On the origins of war and the preservation of peace**. New York: Doubleday, 1995.

KHADER, B. **Colonialismo hídrico en Oriente Medio**. Papeles, n. 97, p. 53-63. 2007.

KOEK, E. **Water for one people only: Discriminatory access and 'water-apartheid' in the OPT**. *Al-Haq*. 2013. Disponível em: <http://www.alhaq.org/publications/Water-For-One-People-Only.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LIBISZEWSKI, Stephan. **Water disputes in the Jordan River Basin Region and their role in the resolution of the Arab-israeli conflict**. Zurich: Center for security studies and conflict research, 1995.

LOWI, Miriam R. **Water and Power. The politics of a scarce resource in the Jordan River Basin**. New York: Cambridge University Press, 1995.

MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAIA, Fernando. Quarenta anos da Guerra de 1967. **Conjuntura Internacional**, n. 20, v. 4, p.1-8, PUC Minas, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/viewFile/7426/6429>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MELENDO, J. D. V. El agua como recurso estratégico: cooperación internacional en cuencas compartidas y geohídrica. **Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE)**, n. 5, p. 1-53, [jul./jan.], 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299537065_El_agua_como_recurso_estrategico_Cooperacion_internacional_en_cuencas_compartidas_y_geohidrica. Acesso em: 10 abr. 2019.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Tradução de Cristina de Assis Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MUTIN, Georges. **Géopolitique du Monde Arabe**. Ellipses, Paris, 2001.

NYE JUNIOR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Gente, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), **Informe sobre Desarrollo Humano 2006: más allá de la escasez: poder, pobreza y la crisis mundial del agua**. Nova York, 2006. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2006_es_completo.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre a Água. Mar del Plata, 14-25 de março de 1977. Cap. I. Resolução II.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o Mundo Árabe**. Rio de Janeiro, Fissus Editora, 2004, p. 40.

SILVA, L. L. S. **A cooperação jordaniana-israelense referente aos recursos hídricos da bacia do rio Jordão a partir da perspectiva dos jogos em múltiplas arenas**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC Minas, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_SilvaLL_1.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

SILVA, L. L.S. **O papel das estratégias Norte-Americanas para as rupturas paradigmáticas na orientação da política externa Jordaniã na segunda metade do século XX**. BJIR, v. 5, n. 1, p. 186-216, jan./abr. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327729816_o_papel_das_estrategias_norte_americanas_para_as_rupturas_paradigmaticas_na_orientacao_da_politica_externa_jordaniana_na_segunda_metade_do_seculo_xx. Acesso em: 03 jun. 2019.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2008.

VALOR ECONÔMICO. **Israel limita uso e eleva o preço da água**. Valor Econômico, 17 jul. 2009. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/450453/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 26 mai. 2019.

VARGAS, Éverton Vieira. **Água e relações internacionais. Revista brasileira de política internacional**. Brasília, v.43, n.1, jan./jun., 2000.

VESENTINI, José W. **Novas Geopolíticas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

WAGNER, Abraham R. **Crisis decision-making: israel's experience in 1967 and 1973**. New York: Praeger, 1974.

WALDMAN, Maurício. **A paz está pedindo água! Recursos hídricos e o conflito árabe-israelense. Revista Cosmos**. Presidente Prudente: UNESP, p.29-34, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/39738171/a_paz_esta_pedindo_agua_recursos_hidricos_e_o_conflito_arabe-israelense. Acesso em: 13 jul. 2019.

World Water Assessment Programme (WWAP). **Não deixar ninguém para trás: Fatos e dados. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos**, Genebra, Suíça, 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367276_por/pdf/367276_por.pdf.multi. Acesso em: 26 jul. 2019.

ANEXO

Figura 1 - O Oriente Médio no globo terrestre com a seta indicando a localização de Israel/Palestina, que ocupa o centro desta parte do mundo.
Fonte: WALDMAN, 2004, p.3.

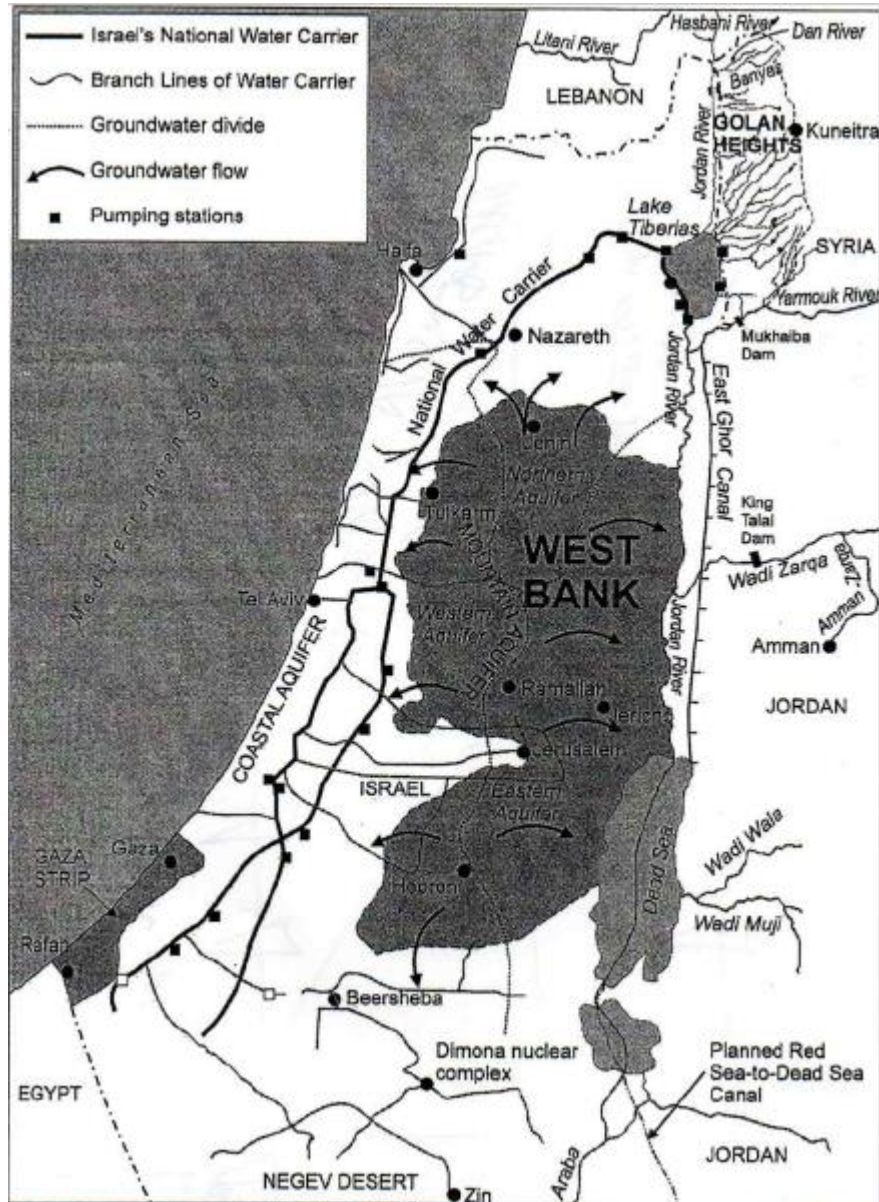


Figura 2 – Recursos hídricos de Israel e Estados fronteiriços.
 Fonte: CHELLANEY, 2013, p. 51.

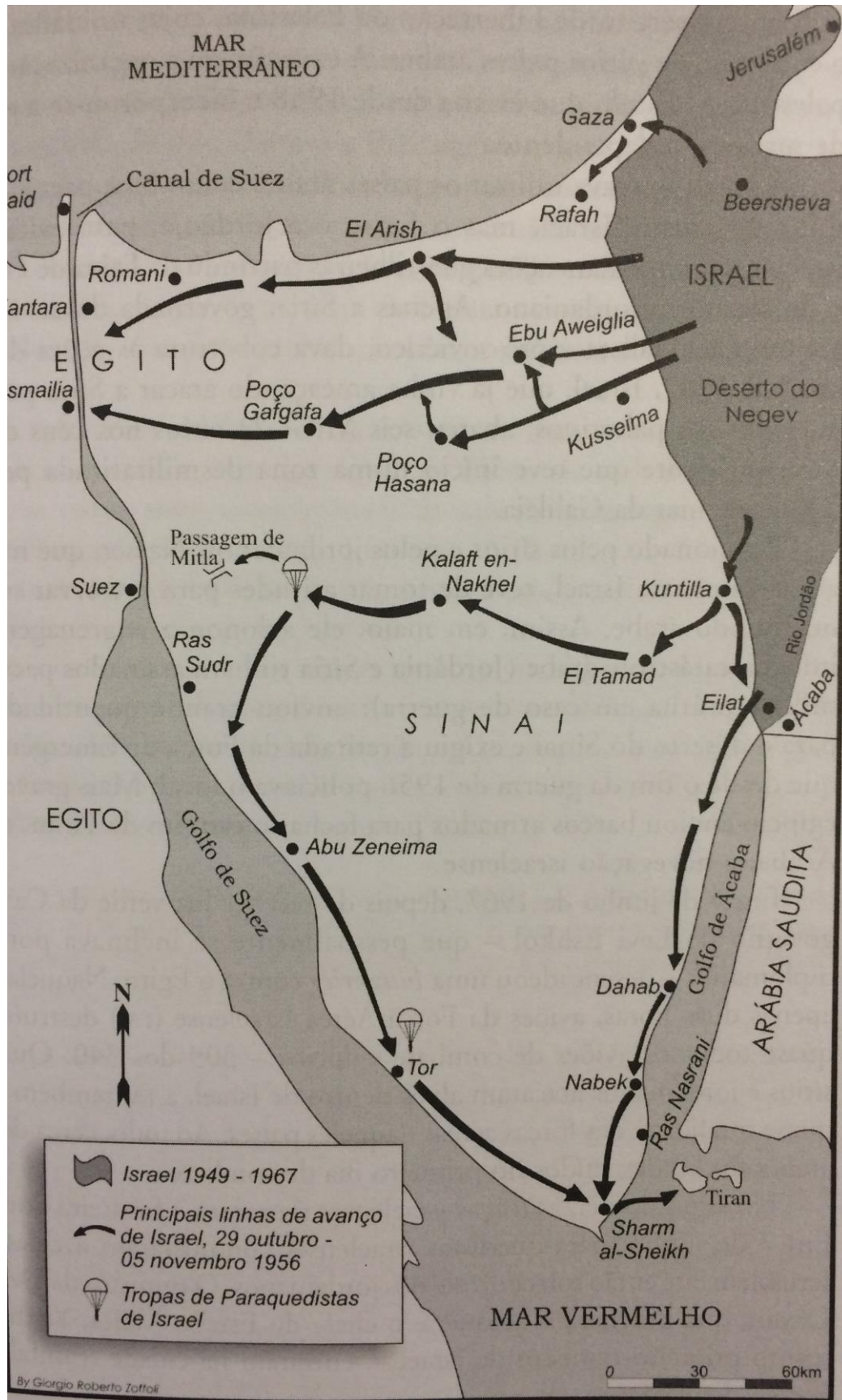


Figura 3 - Guerra do Sinai.

Fonte: MAGNOLI, 2006, p. 439.

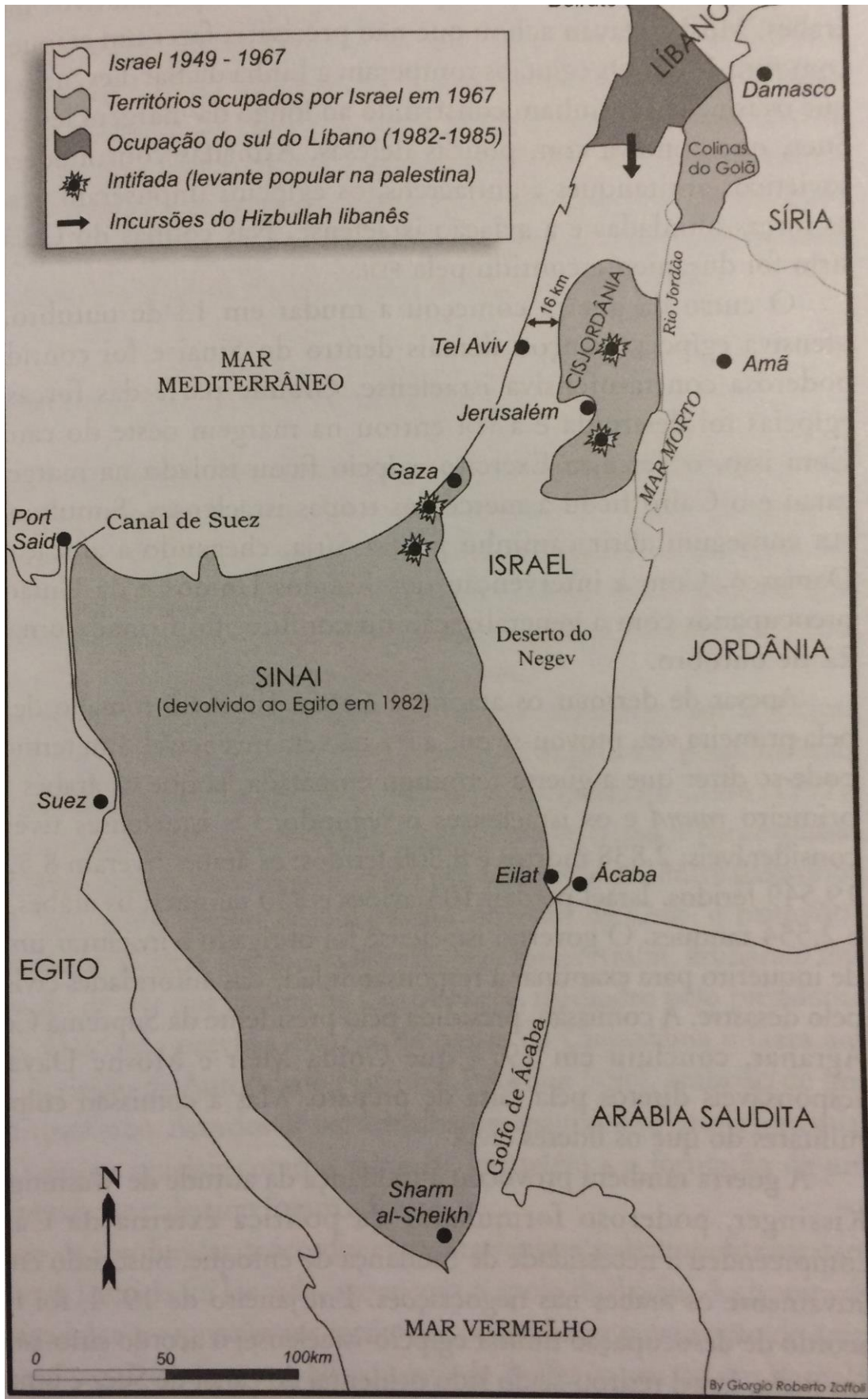


Figura 4 - Israel e os territórios ocupados.
 Fonte: MAGNOLI, 2006, p. 445.

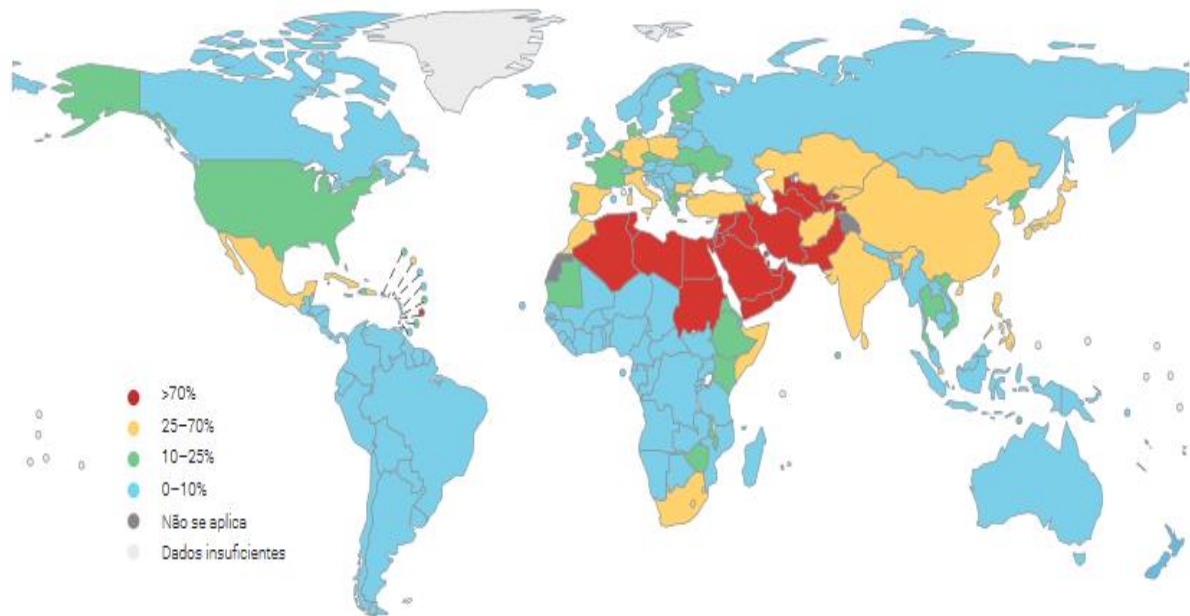


Figura 5 – Nível de estresse hídrico.
Fonte: WWAP, 2019, p. 3.



Figura 6 – População com acesso à água potável.
Fonte: JMP, 2019.



Figura 7 – À esquerda do mapa, proporção de recursos hídricos renováveis consumidos e, à direita, total de água consumida *per capita* ao ano (m^3 / pessoa/ano)

Fonte: FAO, 2014.